



02 DE MAIO DE 2018 Quarta-feira

- COM 3.000 ALTERAÇÕES EM 75 ANOS, CLT TEM REGRAS ULTRAPASSADAS
- ARTIGO: AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO E A PREVIDÊNCIA
- NÚMERO DE AÇÕES TRABALHISTAS CAI QUASE PELA METADE APÓS REFORMA
- EM 1º TESTE DA REFORMA TRABALHISTA, STF JULGA REGRAS PARA AÇÕES GRATUITAS
- MANUELA D'ÁVILA DEFENDE REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA
- STF ANULA PARTE DE SÚMULA DO TST A RESPEITO DA BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
- ENTIDADES DEFENDEM REDUÇÃO DE IMPOSTO SOBRE CONSUMO
- QUAL O CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO eSOCIAL PARA EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ?
- MDIC ESTUDA AMPLIAR PARCERIA COM JAPONESES NAS ÁREAS DE INDÚSTRIA 4.0, STARTUPS E DESIGN
- ARTIGO: COMPLIANCE: UMA NOVA REALIDADE
- CAMEX REDUZ PARA 2% TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE 12 TIPOS DE AUTOPEÇAS
- FATURAMENTO REAL DA INDÚSTRIA CAI 2,5% EM MARÇO ANTE FEVEREIRO, DIZ CNI
- EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DO BRASIL PERDE FORÇA NO INÍCIO DO 2º TRI POR PEDIDOS NOVOS, MOSTRA PMI
- ENDIVIDAMENTO E CAPACIDADE OCIOSA ALTA TRAVAM RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA
- NOVAS TECNOLOGIAS PODEM PROVOCAR SAÍDA DE MULTINACIONAIS DO BRASIL, DIZ ECONOMISTA
- EMPRESAS BUSCAM ALTERNATIVAS A BNDES PARA FINANCIAR PROJETOS EM INFRAESTRUTURA
- RISCOS PARA EMERGENTES VÊM AUMENTANDO, DIZ IIF

- CORREIOS NÃO PODERÃO COBRAR MAIS DE 8% EM SERVIÇO A EMPRESAS DE E-COMMERCE
- CONTA DE LUZ TERÁ BANDEIRA AMARELA EM MAIO, ELEVANDO CUSTOS, DIZ ANEEL
- ARTIGO: DEBATE ECONÔMICO NÃO PROGRIDE SEM ENTENDIMENTO DOS NÚMEROS
- EMPREGOS INFORMAIS REPRESENTAM MAIS DE 60% DAS VAGAS
- EDITORIAL: AS RAZÕES DO DESEMPREGO
- 14 MILHÕES DE DESEMPREGADOS: A CULPA É DE QUEM?
- IPC-S ACELERA PARA 0,34% EM ABRIL APÓS 0,17% EM MARÇO, REVELA FGV
- ARTIGO: COM CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA PERVERSA, POUCO IMPORTA QUE BC TENHA REDUZIDO OS JUROS
- DÓLAR SOBE 6% EM ABRIL E TEM MAIOR ALTA MENSAL DESDE NOVEMBRO DE 2016
- TEMER SUBMETE AO SENADO NOMES PARA DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
- GUERRA COMERCIAL PODE REDUZIR CRESCIMENTO DO BRASIL EM 1,1 PONTO PERCENTUAL, DIZ ESTUDO
- BRASIL NEGOCIA COTA MAIOR PARA AÇO COM OS EUA
- UE EXIGE ISENÇÃO PERMANENTE DE TARIFAS DOS EUA SOBRE AÇO E ALUMÍNIO
- VENDA DE CAMINHÕES AVANÇA 78% EM ABRIL, DIZ ASSOCIAÇÃO DAS MONTADORAS
- RENAULT KWID TEM NOVO AUMENTO NO PREÇO E COMPRA PODE SER ATÉ PELO CELULAR
- EXCLUSIVO-VOLKSWAGEN NEGOCIA GERENCIAR FROTA DA DIDI E CODESENVOLVER CARROS AUTÔNOMOS

CÂMBIO		
EM 02/05/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,543	3,544
Euro	4,239	4,241

Fonte: BACEN

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Demissão por justa causa por embriaguez e regras para a profissão de datilógrafo estão na lei



Carteira de Trabalho e Previdência Social; CLT completa 75 anos nesta terça-feira (1º) - Adriana Toffetti - 15.fev.18/A7 Press

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) completa 75 anos nesta terça-feira (1º) e ainda carrega, apesar de 3.036 alterações em artigos, incisos e parágrafos, regras ultrapassadas.

Demissão por justa causa por embriaguez (hoje o alcoolismo é considerado uma doença), regras para a profissão de datilógrafo e previsão de Juntas de Conciliação e Julgamento (atualmente são Varas do Trabalho) constam da CLT.

O parágrafo 1º do artigo 135 mantém, por exemplo, a obrigatoriedade de apresentação da carteira de trabalho para anotação de férias —regra em desuso.

Nem mesmo a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, conseguiu remover do texto do governo Getúlio Vargas dispositivos obsoletos.

“A reforma poderia ter aproveitado para fazer uma limpeza nessas expressões antigas que não são mais usadas”, diz Paulo Sergio João, professor da FGV Direito SP e da PUC-SP.

A CLT tem 922 artigos, com seus incisos, parágrafos e parágrafos únicos. Desde que o decreto-lei foi publicado, uma nova redação aos dispositivos foi dada 1.451 vezes. Foram incluídas também outras 1.278 normas. No período, foram revogadas 307 regras.

Segundo a advogada Mayra Palópoli, do Palópoli & Albrecht Advogados, desse total de alterações, 500 são sobre pontos relevantes da CLT.

“No decorrer do tempo, muitos dispositivos da era Vargas, um governo populista, foram se mostrando arcaicos”, diz ela.

Mayra destaca entre as inovações positivas a criação do banco de horas, a regulamentação do trabalho a distância e a proteção da mulher.

O professor de direito do trabalho da USP Flávio Roberto Batista diz que a lei de 1943 não existe mais e critica suas revisões. “Essa nova CLT é menos protetiva”, afirma.

Ao olhar para a frente, a lei ainda contém, além de anacronismos, lacunas. A reforma trabalhista, nesse sentido, é considerada uma oportunidade desperdiçada.

Em vigor desde novembro, a reforma inovou em mais de cem pontos —em um total de 420 dispositivos, entre artigos, incisos e parágrafos.

Porém, para Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), a legislação perdeu a chance de regular novas relações, como a atividade em plataformas de mobilidade.

“Houve grande disputa na concorrência com a categoria de taxistas, mas não há nenhuma regulação sobre os direitos mínimos de quem trabalha nessas plataformas”, afirma.

Otávio Pinto e Silva, professor da USP e sócio do escritório Siqueira Castro, aponta que a reforma não alterou a estrutura sindical. A CLT determina que cada categoria profissional ou econômica (patronal) só pode ter um sindicato por base territorial.

“Não mexemos no princípio da unicidade sindical, uma afronta à convenção 87 da OIT [Organização Internacional do Trabalho], que defende a liberdade sindical”, diz Silva. Os especialistas dizem que, apesar dos avanços, o futuro da CLT é nebuloso em razão de insegurança jurídica.

Na semana passada, caducou a medida provisória que regulava pontos polêmicos do texto.

“Hoje, estamos em um momento em que a sociedade está um pouco desorientada, tanto empresas quanto sindicatos, advogados e trabalhadores”, diz Silva.

O que mudou e o que prossegue na CLT

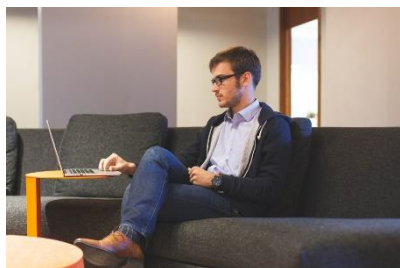
A reforma trabalhista trouxe novidades...

- > regras de acordos coletivos podem prevalecer sobre a legislação
- > trabalhadores podem negociar jornadas de 12 horas e 36 horas de descanso
- > imposto sindical passa a ser voluntário
- ... mas deixou alguns anacronismos
- > citação da atividade de datilografia e não de digitação
- > demissão por justa causa por embriaguez
- > citação de Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas nos anos 1930, mas substituídas por Varas do Trabalho em 1999

Artigo: As novas formas de trabalho e a Previdência

02/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Por que não diminuir gradualmente o ritmo de trabalho, com a previdência social pagando as horas que o trabalhador deixasse de produzir para a empresa?



Estamos tendo o privilégio – ou não – de viver a revolução tecnológica. A geração dos meus avós ficaria atônita se pudesse ter a oportunidade de ver o nosso dia a dia e o frenesi que o acesso ilimitado e imediato a tudo causou em nossa rotina. Além da correria, aprendemos a conviver com as mudanças. Um exemplo é o que vem acontecendo com a forma como os serviços são prestados.

Os Correios quase não entregam mais cartas e contas, mas mercadorias. Em breve, não existirão mais lojas nos *shopping centers*, que se transformarão em centros de serviços, entretenimento e gastronomia. Cirurgias serão, majoritariamente, feitas à

distância, com o auxílio de robôs. O consumo de bens como mercadoria está caindo em desuso, substituído pelo consumo do tipo prestação de serviços, com as ferramentas tecnológicas disponíveis. Enfim, o verbo comprar está sendo substituído por alugar.

O consumo de bens como mercadoria está caindo em desuso, substituído pelo consumo do tipo prestação de serviços

Nesta terça comemorou-se o Dia do Trabalho e não há por que imaginar que ele escapará das mudanças que estamos vivendo. Seguindo o que já acontece em países como a França, veremos diminuir a carga horária de trabalho para dar oportunidade à massa de mão de obra que chega ao mercado. As pessoas vão trabalhar, ou prestar serviços, mais em casa que centralizadas num local físico chamado escritório. Não haverá mais aposentadoria definitiva, mas uma redução gradual de carga horária trabalhada ao longo da vida.

Há 30 anos, ensino as pessoas a guardar dinheiro para se aposentar. Para ter renda mensal para viver, mantendo o padrão de vida, sem precisar trabalhar. Com o aumento da longevidade, a evolução tecnológica e as doenças degenerativas, fruto da inatividade, fui mudando minhas convicções.

Hoje, ensino a acumular reservas previdenciárias para diminuir o ritmo de trabalho conforme a idade for aumentando. Afinal, quem não tem objetivo na vida, quem não tem uma razão para levantar de manhã, já começou a morrer. E o Alzheimer, o Parkinson e outras doenças estão aí para comprovar isso.

Assim, estive pensando: em época de reforma da Previdência, se este país fosse administrado por gente inteligente, por que não diminuir gradualmente o ritmo de trabalho, com a previdência social pagando as horas que o trabalhador deixasse de produzir para a empresa? Por exemplo: a partir dos 50 anos, ao invés de 8 horas diárias, o trabalhador prestaria serviços por 6 horas, que seriam pagas pelo patrão. As 2 horas que ele deixaria de trabalhar seriam pagas pelo INSS. Aos 60 anos, reduziria para 4 horas de trabalho e 4 de aposentadoria.

Uma aposentadoria gradativa, de enorme valor para as empresas, que aproveitariam a experiência dos trabalhadores mais maduros, e uma solução mais barata para todos. O mundo mudou, a velhice mudou, o trabalho mudou. Poderíamos mudar também a Previdência.

Renato Follador é consultor em previdência.

Número de ações trabalhistas cai quase pela metade após reforma

02/05/2018 – Fonte: R7

Insegurança sobre a interpretação dos magistrados e gratuidade da Justiça do Trabalho faz trabalhador desistir de entrar com ação contra a empresa



O número de processos ajuizados em varas trabalhistas desde que a reforma Trabalhista entrou em vigor, no dia 11 de novembro de 2017, caiu em 48,3%, de acordo com os dados de movimentação processual do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

De dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, foram ingressadas 295.549 novas ações. Enquanto que entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, o número foi de 571.554 processos, quase o dobro do que o registrado após as alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Em novembro do ano passado, as varas trabalhistas registraram o ápice de ações ajuizadas: 290.973. O volume foi o maior registrado em 2017 e 2016.

De acordo com o advogado trabalhista Chrystian Sobania, que está no mercado há 16 anos, o número de processos ajuizados pelo escritório em que é sócio diminuiu 50%. Clientes continuam procurando o local, mas na maioria dos casos só para fazer uma consulta.

Ainda segundo Sobania, o período é de insegurança para advogados e trabalhadores em relação a interpretação da lei por parte dos magistrados. A perda da validade da MP (Medida Provisória), que tinha como objetivo alterar pontos polêmicos da reforma, também contribuiu para o cenário incerto.

— O que atrapalha é essa insegurança, decisões conflitantes de juízes sobre o mesmo caso, o medo do empregado de ter que pagar os honorários da outra parte caso perca a ação.

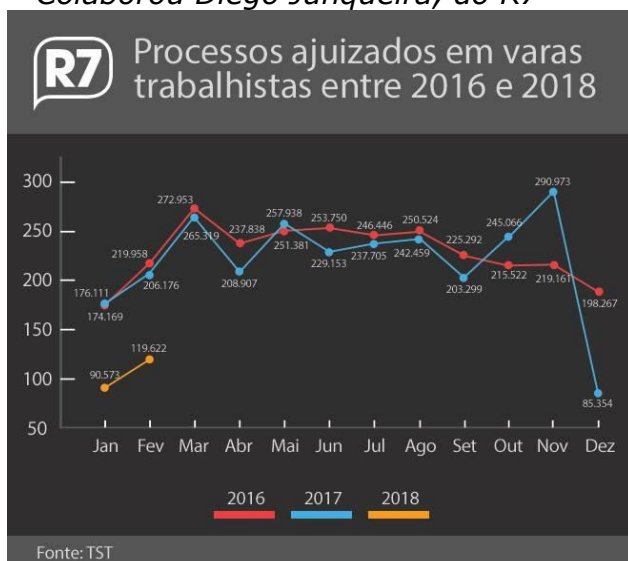
Gratuidade da Justiça Trabalhista

Outro ponto que justifica o “represamento de ações”, segundo o juiz trabalhista Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), são as novas exigências criadas pelo novo texto da reforma para quem quer ter direito a Justiça gratuita. As regras acabaram dificultando o acesso ao benefício e têm provocado uma série de condenação aos trabalhadores.

Na quinta-feira (3), o STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar uma ação de autoria do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, que entrou com o pedido alegando “inconstitucionalidade” em trechos da reforma e “redução de direitos materiais dos trabalhadores”.

— Se for considerado inconstitucional, muito provavelmente esse represamento possa se resolver de curto a médio prazo, e aí saberemos quais são os efeitos da reforma com relação às aventuras jurídicas.

* Colaborou Diego Junqueira, do R7



02/05/2018 – Fonte: R7

Ministros avaliam se mantêm ou não empecilhos criados pela reforma trabalhista para ter acesso à Justiça gratuita

Sem conseguir impulsionar contratações no mercado de trabalho após seis meses de vigência, a reforma Trabalhista enfrenta na quinta-feira (3) seu primeiro grande teste no Supremo Tribunal Federal.

O STF vai julgar as exigências criadas pelo novo texto para acessar a Justiça gratuita. Na prática, as novas regras dificultaram o acesso ao benefício e têm provocado a uma série de condenações aos trabalhadores.

PUBLICIDADE

Esse será o primeiro julgamento de uma série de mais de 20 ações que tramitam no Supremo contra a reforma — a maior parte delas pede a volta da contribuição sindical. E a primeira decisão do Supremo pode impactar o principal resultado obtido até agora com a reforma, que foi o de cortar pela metade o número de ações de trabalhadores contra ex-patrões.

Para juízes trabalhistas, advogados da área e especialistas ouvidos pelo **R7**, a avaliação é de que a reforma inibiu as chamadas “aventuras jurídicas” — quando trabalhadores entravam com demandas consideradas “exageradas” —, mas prejudicou também iniciativas legítimas de trabalhadores, que deixaram de acessar a Justiça do Trabalho por medo de sofrerem condenações e acabarem saindo dos tribunais com dívidas.

A ação que será julgada no Supremo é de autoria do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, que entrou com o pedido em seus últimos dias de trabalho no ano passado, alegando “inconstitucionalidade” em trechos da reforma e “redução de direitos materiais dos trabalhadores”.

“Com propósito desregulamentador e declarado objetivo de reduzir o número de demandas perante a Justiça do Trabalho, a legislação avançou sobre garantias processuais e viola direito fundamental dos trabalhadores pobres à gratuidade judiciária, como pressuposto de acesso à jurisdição trabalhista”, escreveu o ex-PGR na ADI 5766 (Ação Direta de Inconstitucionalidade).

Tem direito a entrar de graça na Justiça do Trabalho quem recebe salário de, no máximo, R\$ 2.258 (equivalente a 40% do teto dos benefícios pagos pelo INSS, atualmente em R\$ 5.645).

Antes da reforma, bastava ao trabalhador fazer uma declaração de hipossuficiência — também conhecida como “comprovante de pobreza”. As novas regras obrigam o empregado a “comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo”. A decisão de conceder a Justiça gratuita continua sendo do juiz.

Acontece que, pelo texto da reforma, a Justiça pode punir também mesmo aqueles que recebem o benefício da gratuidade.

Isso porque o novo artigo 791-A da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) determina que o reclamante pague os custos do processo e honorários dos advogados referentes às demandas que não foram contempladas no julgamento. Ou seja: se um trabalhador ganhar uma parte do processo, os recursos obtidos serão usados para quitar gastos das demandas em que saiu derrotado.

O artigo determina ainda que, se o trabalhador não tiver condições de pagar a condenação, a Justiça pode obter esse crédito em outros processos que o condenado eventualmente tenha na esfera trabalhista. O débito tem um prazo de dois anos para ser quitado.

Incerteza jurídica

Para a advogada Veridiana Moreira Police, especialista em direito do trabalho e sócia do escritório Finocchio & Ustra Sociedade, a Justiça do Trabalho vive um momento de "incerteza jurídica", tanto para os trabalhadores, que temem entrar com ações na Justiça, quanto para as empresas, que têm dificuldades para traçar estratégias de defesa.

— Cada juiz está fazendo a sua leitura da reforma trabalhista, e isso não poderia acontecer, mesmo que a lei tenha sido aprovada a toque de caixa pelo Congresso. No escritório de Veridiana, que atende apenas empresas, ela tem observado que os julgamentos não seguem um padrão. Há juízes que exigem provas da incapacidade financeira do trabalhador, enquanto outros aceitam apenas a "declaração de pobreza", como se fazia antes da reforma.

Para o procurador do Estado Claudio Henrique Ribeiro Dias, especializado na área trabalhista e professor do CPJUR (Centro Preparatório Jurídico), a gratuidade da Justiça incentivava alguns reclamantes a entrarem com pedidos "sem fundamento", já que derrotas na Justiça não levavam a qualquer punição financeira. Ele considera correta a "atribuição de responsabilidade", por meio de uma condenação financeira, já que há um custo ao movimentar a máquina do judiciário.

O procurador diz, no entanto, que esse comportamento era tomado por uma minoria dos reclamantes, e que a fórmula encontrada pela reforma trabalhista acabou punindo uma maioria de reclamantes, o que na prática vem limitando o acesso à Justiça gratuita.

— Isso pode inibir um empregado de discutir uma questão que ele poderia vir a ganhar mas, com medo de ser condenado, ele não discute.

Ribeiro Dias afirma que faltou encontrar uma alternativa para que a punição se limitasse a quem utilizava o Judiciário de forma indevida.

Para o juiz trabalhista Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), que atua no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas e interior de SP), a reforma viola princípios constitucionais. A Anamatra foi aceita pelo ministro Luis Roberto Barroso, relator da ação no Supremo, como uma das partes do processo.

Ele destaca o artigo 5º da Constituição, que determina "assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Feliciano afirma que os escritórios de advocacia estão em compasso de espera por uma decisão e que, se o Supremo reverter as novas regras de gratuidade, o número de ações deve voltar a subir no curto prazo.

— Se for considerado inconstitucional, muito provavelmente esse represamento possa se resolver de curto a médio prazo, e aí saberemos quais são os efeitos da reforma com relação às aventuras jurídicas.

Defesa

Por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), a Presidência da República se defendeu nos autos afirmando que o Novo Código de Processo Civil deu "mais efetividade à questão da gratuidade processual" e que "as regras limitadoras não invadem o núcleo de intangibilidade do direito fundamental à assistência judiciária gratuita".

O Senado Federal afirmou que as alterações "se coadunam com todo o movimento de otimização do processo para garantia de uma segurança jurídica pós-moderna sob o prisma de instituições processuais tendentes a ser perfeitamente integradas com o regime de direitos materiais a que se referem". Já a Câmara dos Deputados declarou que a lei não apresenta qualquer inconstitucionalidade.

Essa será a primeira de uma série de polêmicas decisões sobre a reforma trabalhista. A próxima deve ser com relação à vigência do texto, já que ainda não há certeza se as novas regras se aplicam aos contratos posteriores ou anteriores à promulgação da lei.

Manuela D'Ávila defende revogação da reforma trabalhista

02/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A pré-candidata à Presidência da República pelo PCdoB, Manuela D'Ávila, defendeu em discurso nesta terça-feira, 1, a revogação da reforma da trabalhista e a não votação da reforma da Previdência. "Este é o 1º de maio sem a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas como nós a conhecemos", disse durante evento para a comemoração do dia do trabalhador organizado pela Força Sindical na capital paulista.

Manuela D'Ávila ressaltou que a reforma trabalhista retira direitos e faz com que os empregados trabalhem muito mais. "É possível construir e realizar o sonho de um grande Brasil, que se desenvolva valorizando o trabalho e os trabalhadores, revogando a reforma trabalhista, impedindo que a reforma da Previdência seja votada", afirmou ela em rápido discurso.

A pré-candidata lamentou ainda em seu discurso o desabamento do prédio ocupado hoje no centro de São Paulo. "Este é um primeiro de maio sem muitas razões para comemorar." Manuela fez rápido discurso, porque teve que deixar o evento para se deslocar a Curitiba, onde participa ainda hoje de outro ato, organizado pela CUT.

Além dela, outros dois pré-candidatos participaram do evento da Força Sindical hoje, o ex-ministro Aldo Rebelo, pelo partido Solidariedade, e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, pelo PSC.

STF anula parte de súmula do TST a respeito da base de cálculo do adicional de insalubridade

02/05/2018 – Fonte: Relações do Trabalho (publicado em 27-04-2018)

O ministro do STF Ricardo Lewandowski cassou a parte da Súmula nº 228 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que estipulava o salário básico do trabalhador como base de cálculo do valor de adicional de insalubridade. Essa decisão, dada pela Reclamação (RCL) 6275, tornou definitiva a exclusão da parte da súmula, que estava suspensa desde 2008.

A RCL 6275 sustenta que o TST, ao alterar sua jurisprudência fixando o salário básico como base de cálculo, violou a Súmula Vinculante (SV) 4 do STF que, em seu texto, não determinava o salário básico como base de cálculo do adicional de insalubridade e tampouco declarava como inconstitucional o artigo 192 da CLT, que prevê o cálculo do adicional sobre o salário mínimo da região.

A alteração da redação da súmula do TST, ocorrida em julho de 2008, definiu que, a partir da edição da SV 4 do STF, o adicional de insalubridade seria calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.

O relator, ministro Lewandowski, concluiu que a nova redação contrariou o

entendimento firmado pelo STF a respeito do enunciado da SV 4 e julgou procedente a reclamação para cassar a Súmula nº 228 do TST apenas na parte em que foi estipulado o salário básico do trabalhador como base de cálculo do adicional de insalubridade devido.

Entidades defendem redução de imposto sobre consumo

02/05/2018 – Fonte: Bem Paraná

A Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), que reúnem servidores da Receita Federal e dos Fiscos estadual e distrital, lançaram uma proposta denominada Reforma Tributária Solidária.

Elas defendem a redução do imposto sobre o consumo e o aumento do tributo sobre a renda e o patrimônio. As informações são da Agência Brasil.

O presidente da Fenafisco, Charles Alcântara, afirmou que a meta é reduzir as desigualdades do sistema tributário, tirando imposto de quem recebe menos e aumentando os tributos de quem ganha mais.

“Se você reduz a tributação no consumo, isso não é apenas bom para as famílias porque elas terão um pouco mais de renda. Ao consumir mais, ter mais capacidade de demanda, você cria um círculo vicioso na economia, aumentando a produção, emprego e competitividade”, disse ele.

Segundo levantamento das entidades, 50% da carga tributária no Brasil vêm do consumo, enquanto a média nos países integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é de 32%. A organização reúne as nações mais desenvolvidas do planeta.

Já o imposto sobre a renda no Brasil corresponde a 21% de todo o tributo cobrado, enquanto a média dos países da OCDE é de 34%. O presidente da Fenafisco ressalta que é preciso aproximar o Brasil dos países da OCDE.

“Nós temos uma das mais altas cargas tributárias no consumo. Por isso, há a percepção da população de que o estado cobra muito imposto porque encarece o preço dos bens. Mas, em compensação, somos um dos países que menos cobra na renda e no patrimônio”, disse Charles Alcântara.

A proposta apresentada pelos servidores do fisco recebeu o apoio de mais de 20 parlamentares de dez partidos. A meta das entidades é finalizar um texto a ser entregue em agosto aos candidatos à Presidência da República.

REFORMA EM TRAMITAÇÃO

No Congresso, tramita um projeto de reforma tributária, sob a relatoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Ele elogia a proposta das entidades do fisco e diz que ela estará contemplada no texto em tramitação, que foca na simplificação tributária. Mas, o parecer ainda não foi apresentado.

Mesmo assim, o deputado está otimista para aprovar a medida. “Os estados estão em uma situação fiscal muito difícil. Os municípios e a União também. Assim, entendo que é o momento mais propício para aprovar a reforma tributária”, afirmou.

Apesar do otimismo, a comissão que trata da matéria se reuniu pela última vez em agosto do ano passado. Com a reforma tributária sem avançar no Congresso, o governo informou que deve enviar ao Congresso, ainda neste semestre, uma proposta para simplificar o PIS/Confins (Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) cobrados de empresas.

Qual o cronograma de implantação do eSocial para empresas de pequeno porte ?

02/05/2018 – Fonte: Contábeis.com

O cronograma de implantação do eSocial em empresas cujo faturamento anual seja inferior a R\$ 78 milhões (incluindo Simples Nacional, MEIs e pessoas físicas que possuam empregados)



O cronograma de implantação do eSocial em empresas cujo faturamento anual seja inferior a R\$ 78 milhões (incluindo Simples Nacional, MEIs e pessoas físicas que possuam empregados) é o seguinte:

Fase 1: Julho/18 – Apenas informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas

Fase 2: Set/18: Nesta fase, empresas passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos

Fase 3: Nov/18: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento

Fase 4: Janeiro/19: Substituição da GFIP (Guia de informações à Previdência Social) e compensação cruzada

Fase 5: Janeiro/19: Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde do trabalhador

MDIC estuda ampliar parceria com japoneses nas áreas de indústria 4.0, startups e design

02/05/2018 – Fonte: MDIC



Ministro Marcos Jorge recebeu nesta segunda a presidente da Japan House São Paulo, Angela Hirata, e o cônsul do Japão em São Paulo, Takuo Sato

O Brasil deve estreitar, nos próximos meses, as relações com o Japão nos setores da indústria 4.0, startups e design. O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, recebeu nesta segunda-feira, em Brasília, o cônsul do Japão em São Paulo, Takuo Sato, e a presidente da Japan House São Paulo, Angela Hirata, para discutir como os dois países podem cooperar nessas áreas.

A parceria Brasil-Japão deverá ser desenvolvida em cinco eixos: intercâmbio de startups que atuam no setor automobilístico, envio de funcionários de órgãos e de empresas brasileiras para período de vivência no Japão e troca de informações nas áreas de indústria 4.0, design e agricultura. Nos próximos meses, uma comitiva

formada por integrantes do MDIC e ABDI deve viajar ao Japão para definir a agenda de trabalho.

Como destacou o ministro Marcos Jorge, o governo brasileiro tem interesse em ampliar as relações com os japoneses. "O Japão é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, ocupando, no ano passado, a quinta posição no ranking de exportações e o oitavo lugar no ranking de importações. Estamos de portas abertas para seguir avançando na pauta comercial e estabelecermos acordos em outras frentes", afirmou.

Angela Hirata destacou que São Paulo é a primeira cidade a ter uma Japan House, centro de difusão da cultura japonesa para a comunidade internacional. Um dos critérios avaliados para a escolha da sede foi a concentração de descendentes no município. "O Brasil tem uma forte conexão econômica e social com o Japão. Queremos avançar juntos na robótica, tecnologia de ponta e também no design", disse.

Marcos Jorge, Hirata e Sato estavam acompanhados do primeiro-secretário da Embaixada do Japão em Brasília, Hisayoshi Muto; do presidente da ABDI, Guto Ferreira; do secretário da Inovação e Novos Negócios do MDIC, Marcos Vinícius de Souza; dos assessores especiais Rafael Moreira (indústria 4.0) e João Rossi (Assuntos Internacionais); e de representantes da secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do ministério.

O assessor da SP Negócios Ricardo Santana também participou da reunião. Em março, Marcos Jorge, o prefeito de São Paulo, João Doria e o presidente da SP Negócios, Juan Quirós, assinaram um Acordo de Cooperação Técnica que estabelece parceria entre o governo federal e a prefeitura para fomentar exportações e a atração de investimentos em serviços.

Intercâmbio comercial

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 5,2 bilhões para o Japão e importou US\$ 3,7 bilhões, o que resultou num superávit de US\$ 1,5 bilhão.

O país é o 5º destino das exportações brasileiras. Entre os principais produtos vendidos estão minério de ferro e seus concentrados (com 27% de participação da pauta exportadora), carne de frango (17%), milho (8,6%), café (6,1%) e aviões (3,6%). Clique [aqui](#) para acessar mais informações da relação Brasil-Japão

Artigo: Compliance: uma nova realidade

02/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

As empresas que desejam firmar contratos com o poder público devem, cada vez mais, estar atentas ao tema



Em agosto de 2013 foi publicada a Lei Anticorrupção Brasileira. Menos de um ano depois, em março de 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato e sua repercussão e mudanças no cenário político e jurídico nacional continuam, após quatro anos, a inovar a dinâmica empresarial em nosso país.

Uma dessas grandes inovações legislativas foi a preocupação com as práticas de *compliance* e com a implantação dos chamados programas de integridade nas

empresas, estabelecendo inclusive critérios de redução às sanções para as organizações que possuem tais programas implantados de forma efetiva.

Acompanhando este movimento e inspirados pela Lei Anticorrupção, alguns estados brasileiros já publicaram suas próprias leis estaduais sobre o tema e foram além, exigindo das empresas, obrigatoriamente, como condição para contratação com a administração pública estadual, a instituição de programas de integridade.

Rio de Janeiro e Distrito Federal são estados que já possuem leis em vigor nesse sentido e vêm exigindo em algumas de suas contratações a instituição de programas de integridade como condição às empresas que desejam com esses estados celebrar contratos.

Além da movimentação dos estados, os municípios também vêm despertando interesse pelo tema

A lei estadual do Rio de Janeiro (Lei nº 7.753/17) estabelece que as empresas contratadas pelo estado disponham de programas de integridade e, nos casos em que não possuam, que sejam implantados no prazo de 180 dias a partir da data de celebração do contrato.

A exigência, nesse caso, se aplica às contratações com a administração pública direta e indireta estadual, cujos os valores excedam R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia e R\$ 650.000,00 para compras e serviços, bem como, que possuam prazo contratual igual ou superior a 180 dias.

Já a legislação do Distrito Federal (Lei nº 6.112/2018), é ainda mais rigorosa, estabelecendo que em todas as contratações, indistintamente, cujos valores sejam iguais ou superiores aos da licitação na modalidade tomada de preço (Lei 8.666/93), seja exigido a implementação de programa de integridade por parte da empresa contratada.

Estados como o do Tocantins e do Mato Grosso, que já possuem decretos estaduais regulamentadores da Lei Anticorrupção (nº 4.954/2013 e nº 522/2016 respectivamente), também já contam com a tramitação de projetos de lei com o mesmo propósito das legislações do Rio de Janeiro e do Distrito Federal (PL nº 8/2018, no Tocantins, e PL nº 134/2017, no Mato Grosso).

Além da movimentação dos estados, os municípios também vêm despertando interesse pelo tema. A cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por exemplo, já possui em tramitação Projeto de Lei nº 15/2018, com proposta de instituição do Programa de Integridade como condição às empresas que contratarem com a administração pública municipal.

Dessa forma, as empresas que desejam firmar contratos com o poder público devem cada vez mais estar atentas ao tema e direcionadas a implantar seus programas de integridade, não apenas por toda a pressão e exigência legislativa nacional, mas também por todos os benefícios que as práticas de *compliance* traduzem.

Programas de integridade eficientes proporcionam maior segurança jurídica nas contratações das empresas e em seus relacionamentos com agentes internos e externos e resultam em organizações com crescimento sólido e sustentável, cumpridoras de seus deveres e de sua função social.

Rodrigo Pironti é PhD em Direito, advogado especialista em *compliance*.

Camex reduz para 2% tarifa de importação de 12 tipos de autopeças

02/05/2018 – Fonte: UOL

Camex reduz para 2% tarifa de importação de 12 tipos de autopeças

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) incluiu 12 ex-tarifários na lista do "Regime de Autopeças não Produzidas". Com isso, os itens inseridos na relação terão a alíquota do Imposto de Importação reduzida de 18% para 2%.

Alguns produtos foram incluídos no regime até abril de 2019 e outros, até junho deste ano.

A decisão está publicada na edição desta quarta-feira, dia 2 do Diário Oficial da União (DOU).

Faturamento real da indústria cai 2,5% em março ante fevereiro, diz CNI

02/05/2018 – Fonte: DGABC



Após dois meses consecutivos de crescimento, o faturamento industrial voltou a cair em março, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira, 2, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na comparação com o mês anterior - e excluindo os efeitos de calendário -, as vendas das fábricas brasileiras caíram 2,5% no terceiro mês deste ano.

Ainda assim, o volume faturado em março pelo setor foi 1,6% superior ao registrado no mesmo mês de 2017. Considerando as vendas de janeiro a março de 2018, o desempenho foi 6,2% superior ao do mesmo período do ano passado.

"A pesquisa evidencia que a indústria segue enfrentando dificuldades e que sua recuperação continua lenta. Março costuma ser um mês de atividade industrial mais forte, na comparação com o primeiro bimestre", considerou a CNI, no documento.

Além do menor faturamento, houve redução na quantidade de horas trabalhadas na indústria em março, com queda de 0,9% em relação a fevereiro. Essa foi o segundo mês consecutivo de recuo no indicador.

Em relação a março de 2017, houve um declínio de 0,7% nas horas trabalhadas. Mas, no acumulado de 2018 até março, o tempo de trabalho na produção foi 0,5% maior que o verificado no primeiro trimestre do ano passado.

Em março, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) no parque industrial brasileiro evoluiu 0,2 ponto porcentual, passando de 78,0% para 78,2% (de acordo com dado ajustado). Em março de 2017, a UCI estava em 77,0%.

Expansão da indústria do Brasil perde força no início do 2º tri por pedidos novos, mostra PMI

02/05/2018 – Fonte: Reuters

A indústria brasileira perdeu força no início do segundo trimestre e registrou o ritmo mais fraco de expansão em três meses em meio ao enfraquecimento dos novos

pedidos, mostrou nesta quarta-feira a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês).

No mês de abril, o PMI apurado pelo IHS Markit caiu a 52,3 de 53,4 em março. Apesar da perda de força, o indicador permanece pelo nono mês seguido acima da marca de 50 que separa crescimento de contração.

A diversificação de produtos e melhora da demanda as vendas mantiveram o ritmo de recuperação, mas o crescimento foi contido em abril pelas condições difíceis do mercado e pelo nível elevado de desemprego no país.

Diante disso, o volume de novos pedidos registrados em abril pelo setor industrial registrou o ritmo mais fraco de expansão desde janeiro.

O aumento das vendas foi sustentado pela melhora da demanda dos mercados externos, com a depreciação do real ajudando no movimento.

Por outro lado, o enfraquecimento da moeda levou os materiais importados a ficarem mais caros para os fabricantes brasileiros, e o aumento dos preços dos insumos, o mais forte em quatro meses, foi impulsionado ainda pelas contas de energias e de seguros.

Mesmo assim empresas ofereceram descontos devido às pressões competitivas, o que compensou o repasse aos clientes das cartas de custos e levou a taxa de inflação dos preços de vendas para o nível mais fraco desde outubro.

Apesar da desaceleração do crescimento em abril, o IHS Markit destacou que os empresários do setor industrial permaneceram otimistas em relação ao futuro, com expectativas de estabilidade política, planos de investimentos e oportunidades para exportação.

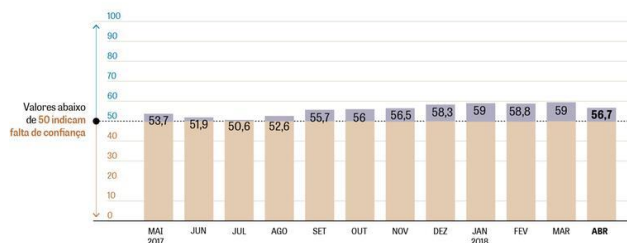
Endividamento e capacidade ociosa alta travam recuperação da indústria

02/05/2018 – Fonte: DCI

O índice de confiança da atividade recuou em abril e aponta frustração diante de uma retomada mais lenta que o esperado. Perspectiva ainda é de crescimento, mas sem grandes investimentos

FREIO DE MÃO PUXADO

Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) ▶ Pontos



A recuperação econômica mais lenta que o esperado tem feito a confiança da indústria retrain. O endividamento e a capacidade ociosa ainda elevada impedem investimentos mais robustos e contratações.

“O ano começou mais fraco do que se supunha no final de 2017. As expectativas não se tornaram pessimistas, mas de fato houve uma retração”, avalia o economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Azevedo.

Ele afirma que a entidade já vislumbrava dificuldades que iriam impedir uma recuperação mais forte. "Não tínhamos expectativas tão otimistas quanto o mercado, que chegou a projetar 3% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)."

No momento, a CNI mantém sua previsão inicial de crescimento do PIB de 2,6% e de 3% do PIB industrial.

"Nós adotamos uma expectativa conservadora de 2% de crescimento do PIB. Algumas projeções foram acima de 3% e houve essa frustração", explica o economista sênior do Banco Mufg Brasil, Carlos Pedroso.

Para ambos os economistas, os principais entraves para uma recuperação econômica mais acelerada são o endividamento das empresas e o alto índice de ociosidade da indústria.

"A condição financeira é um dos principais fatores para segurar investimentos. O consumidor também está endividado e isso limita a recuperação da demanda e da produção. Tem muita máquina parada ainda", aponta Azevedo.

A sondagem industrial da CNI mostra utilização média da capacidade instalada de 66% em março. Isso indica espaço para crescimento sem a necessidade de grandes investimentos em produção e contratações.

"A ociosidade é muito grande, precisa ser reduzida antes de se pensar na expansão da indústria", explica Pedroso. "A recuperação lenta adia a decisão de investir mais. Uma empresa precisa estar muito segura da recuperação da demanda para contratar e treinar novos funcionários", complementa Azevedo.

Visão da indústria

O diretor de competitividade da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mario Bernardini, considera que houve uma expectativa irreal de crescimento no início do ano.

"As empresas estão endividadas, ociosas e sem capacidade de investimento. Está se gastando na substituição de máquinas e não em expansão."

A diretora de economia e estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Coviello Ferreira, aponta uma diminuição de ritmo em relação ao final de 2017, mas ainda com crescimento nas vendas do mercado doméstico.

"A percepção é de que está mais lento, mas ainda em um ritmo bom." Ela aponta que a capacidade ociosa do setor está por volta de 20%. "É preciso ocupar esse espaço antes de fazer novos investimentos. Os aportes previstos são para manutenção de equipamentos."

O presidente da Freudenberg-NOK na América do Sul, George Rugitsky, acredita que embora o cenário eleitoral incerto tenha influência na confiança, não é um fator tão decisivo ao desempenho da indústria.

"Creio que está ocorrendo um descolamento da economia em relação à política devido à inflação e juros baixos e também pela capacidade ociosa, permitindo que volumes adicionais não exijam investimentos. Isso cria uma perspectiva interessante para esse ano, independentemente da oscilação do otimismo em função da incerteza de quem serão os candidatos."

Novas tecnologias podem provocar saída de multinacionais do Brasil, diz economista

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para José Pastore, redução de custos com indústria 4.0 tira atrativo da mão de obra barata no país



O economista José Pastore, 82, especialista em questões trabalhistas - Marlene Bergamo/Folhapress

A quarta revolução industrial vai tirar o atrativo do custo baixo da mão de obra brasileira para as empresas, pois as novas tecnologias têm permitido que elas consigam "fazer mais do que antes, com menos pessoas, menos salários, menos dor de cabeça".

A afirmação é de José Pastore, 82, um dos maiores especialistas brasileiros em relação do mundo do trabalho.

Segundo ele, há o risco de que muitas multinacionais deixem de ver vantagem em operar no Brasil, que, além de permanecer longe da fronteira tecnológica, sofre com precariedade educacional crônica e com excesso de burocracia.

"Muitas multinacionais começam a apresentar sinais de volta a seus países de origem. E isso é um problema que preocupa bastante", diz Pastore, que é presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, que promoveu recentemente o seminário "Como será o trabalho do futuro à luz de novas tecnologias?"

Há um esforço para mensurar quantas vagas serão criadas e eliminadas na esteira da quarta revolução industrial. Há um exagero nisso?

Acho que essa ansiedade é mundial, não há uma família do mundo que não pergunte: "O que vai acontecer com emprego do meu filho, do meu neto, com a entrada de tantos robôs no setor produtivo?". Na literatura, você vai encontrar resposta para tudo. Tem gosto para tudo. Você vai ter autores de respeito dizendo que [a tecnologia] mais destrói do que cria, e vai ter outros.

dizendo que mais cria do que destrói. E tem aqueles por quem tenho muita admiração que dizem: "A questão não é o que destrói e o que cria, o problema é o que é transformado". A grande maioria dos empregos e do trabalho certamente passará por muita transformação em razão das mudanças tecnológicas. E isso aqui também tira o sono da gente, porque a pergunta é: "Será que o país, a escola, a empresta estão preparadas para fazer o ajuste?"

Por que o senhor disse admirar os especialistas mais moderados nesse debate?

Porque, olhando para os países, você vai encontrar casos como EUA, Japão e Alemanha, que usam novas tecnologias em grande profusão e têm um nível de geração de emprego admirável, desemprego baixíssimo. A literatura mostra que na Alemanha, por exemplo, a velocidade de entrada de robôs é igual ao surgimento de novos empregos. Os EUA estão com 4% de desemprego.

O Japão também. Então, essa questão de que só destrói não é verdadeira, acho que há empregos que são destruídos e outros que são criados, mas tem a grande maioria que se transforma. Então, eu tendo a ter simpatia por isso porque acho mais realista.

Há diversas projeções divergentes sobre o impacto da tecnologia sobre o emprego. Isso tira credibilidade do debate e gera mais confusão do que orientação?

Acho que as divergências que surgem só agravam a ansiedade que existe. Há muitas estimativas diferentes, mas também estudos como o da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, feito por pesquisadores da Áustria, que dizem que a profissão não some. Então, quem é médico hoje vai continuar médico daqui a 10 anos, 8 anos, mas o que ele vai fazer vai ser transformado.

Outros falam que não é questão de olhar para o saldo, vamos olhar o impacto que tem na renda, que desiguala ou cria polarização porque destrói muitas atividades do meio e preserva as pontas, as altamente especializadas e aquelas que não podem ser robotizadas embaixo, que é o zelador, o garçom, a enfermeira, quem faz manutenção de equipamentos. A questão da polarização é mais importante que olhar para o saldo, porque demanda políticas específicas para lidar com suas consequências, como a desigualdade de renda.

O senhor mencionou que as chamadas profissões do meio estão desaparecendo. O que mais já se vê de transformação concreta?

Você vai ter mudança de funções de atividades a começar pela sua profissão de jornalista. A sua profissão está cheia de novidade. Tem coisas de ponta hoje. É possível escrever uma reportagem sem a participação do jornalista humano e isso tem sido feito de forma intensiva.

Há advogados de ponta que fazem a petição deles em cima de um número monumental de informações [levantadas por tecnologia] para fazer o melhor argumento possível. Na medicina, há os médicos que confiam mais no diagnóstico feito por robôs e big data do que no seu próprio. São transformações visíveis.

Isso também já é visto aqui no Brasil?

No campo industrial, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) tem algumas pesquisas mostrando que menos de 40% das indústrias brasileiras estão na quarta revolução industrial. Ou seja, a grande maioria ainda não chegou lá. E as que estão, entram lentamente. Algumas com mais velocidade, outras mais devagar. No setor de serviços, a coisa é diferente. No financeiro, que é um dos principais do segmento, a velocidade é espantosa, de automação e inteligência artificial.

Hoje nos EUA o e-commerce é responsável pelo dobro das vendas do que há seis, cinco anos atrás e tem lojas fechando até na Quinta avenida porque ninguém tem interesse em comprar em uma loja e às vezes não tem condições de pagar aluguel caro. Aqui no Brasil também está acontecendo isso, a penetração do e-commerce é muito rápida e certos produtos, como material de escritório, livros, música, são mais comprados no e-commerce do que em lojas físicas.

O risco de que a atual revolução tecnológica aumente a desigualdade de renda é concreto? Essa ameaça existe no Brasil?

Esse risco é concreto porque aumentou a diferença da remuneração do capital em relação à remuneração do trabalho.

A remuneração do capital agora está maior do que a do trabalho porque as tecnologias dão saltos de produtividade fantásticos e acabam dispensando certas habilidades humanas. Então, a remuneração do ser humano tende a ser postergada ou reduzida em relação à remuneração do capital e isso gera desigualdade. Gera desigualdade entre profissionais de vários tipos que são afetados pela entrada de tecnologia.

Isso é uma coisa séria para o Brasil porque muitas multinacionais vêm para cá, assim como para outros países em desenvolvimento, porque o trabalho ainda é barato. Agora, com as novas tecnologias, o trabalho brasileiro, apesar de barato, se torna muito caro, porque você consegue fazer muito mais do que antes, com menos pessoas, menos salários, menos dor de cabeça.

Então muitas multinacionais começam a apresentar sinais de volta a seus países de origem porque lá elas conseguem fazer mais quase sem trabalho, com muita automação, além de estarem perto da logística e dos consumidores. E isso é um problema que preocupa bastante.

O que diminuiria o risco de o Brasil perder esses investimentos? Se o Brasil tiver condições tecnológicas de ficar na fronteira e pessoal qualificado, esse aqui é um mercado consumidor bom também. Há muita chance de ter empresas prósperas aqui, mas sabemos que há vários entraves nessa equação. A coisa é preocupante porque, ao mudar a diferença de remuneração entre capital e trabalho, isso pode gerar muito deslocamento de empresa ao longo do globo todo. Não digo que o risco é de debandada maciça, mas uma debandada de muitas empresas.

O que o Brasil poderia estar fazendo?

Para enfrentar essa questão de desigualdade de renda, destruição de emprego, transformação de trabalho etc., os países avançados, como EUA, Alemanha e Coreia do Sul, possuem conselhos especializados na formulação de políticas específicas para esse assunto.

Cingapura foi mais longe e, além do conselho, tem experiência prática na difusão do ensinamento de novas tecnologias. Cingapura montou um Pronatec de exportação. E vários países estão se apoiando em cursos rápidos, por meio de internet a distância, para poder acompanhar a velocidade da mudança tecnológica. Então, o Brasil tem muito a fazer nesse campo ainda.

No que tange à qualificação da mão de obra, não preciso dizer que nosso sistema educacional tem uma precariedade crônica. As burocracias também estimulam a automação, a inteligência artificial. Quando o empresário vê que é muito complicado, ele fala "eu vou robotizar".

Então, burocracia tributária, trabalhista, do ambiente instigam uma aceleração da busca de proteção do negócio via automação. E a gente está fazendo pouco nesse campo aqui. No campo tributário, Bill Gates acha que está na hora de pensar em tributar os robôs.

E o que o senhor acha dessa discussão?

A tributação do robô é muito controversa. No meu entender, tributar robô é inibir a criatividade humana. Agora, por que é controversa? Porque há um argumento. O Bill Gates fala assim: "Olha, se você não quer inibir a criatividade humana, tributa o lucro recorrente do uso das novas tecnologias e usa esse lucro para o sistema educacional". Outra discussão importante é sobre educação continuada, que é algo que dá certo. O Japão e a Alemanha são dois casos de sucesso que permitem aos jovens acompanhar a evolução tecnológica.

Em termos de formação, o que o senhor acha dessa discussão de novas competências e habilidade?

Para acompanhar essa velocidade meteórica das novas tecnologias, me parece fundamental ter uma boa educação geral. Saber fazer conta, escrever, ler, interpretar e conhecer a lógica das ciências. Além disso, você precisa reconhecer as novas habilidades, as novas exigências que estão mais ligadas ao mundo da produção. Mas o que facilita a mobilidade de uma área para outra é a qualidade da educação básica, porque é ela que permite aprender, se ajustar às novas exigências.

As mudanças que estão sendo discutidas na educação no Brasil nos fazem caminhar nessa direção? Eu acho que está longe. Nós precisaríamos ter outros esquemas. Uma coisa é você ensinar, outra é aprender. O Brasil está avançando na tarefa de ensinar. Tem mais gente na escola, os métodos estão melhorando, o currículo etc. Mas aprendizagem é o que você mede no Pisa [avaliação educacional], e o que você mede no Pisa está deixando o Brasil muito mal na foto até o momento.

Raio-X

José Pastore, 82

FORMAÇÃO

Bacharel em ciências sociais pela USP, mestre em ciências sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, doutor em sociologia e doutor honoris causa em ciência, ambos pela Universidade de Wisconsin (Madison, EUA)

CARREIRA

É professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho, da FecomercioSP. Foi chefe da Assessoria Técnica do Ministério do Trabalho e membro do Conselho de Administração da OIT (Organização Internacional do Trabalho)

OUTROS TÍTULOS

Membro da Academia Internacional de Economia e Direito e da Academia Paulista de Letras

Empresas buscam alternativas a BNDES para financiar projetos em infraestrutura

02/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de anos dependendo quase que exclusivamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as empresas começam a buscar novas alternativas para financiar seus projetos de infraestrutura, sem subsídio estatal. Com a queda da taxa de juros, a inflação controlada e a nova política do banco de fomento, as captações no mercado de capitais têm conseguido competir em igualdade com as modalidades públicas, algo inimaginável há dois anos.

Nesse ambiente, já tem sido possível financiar 100% de projetos de infraestrutura sem nenhum centavo do BNDES. No mês passado, por exemplo, o fundo de investimento Pátria levantou R\$ 1 bilhão no mercado para bancar as obras de uma concessão rodoviária arrematada em 2017. A Alupar, empresa de energia elétrica, analisa algumas modalidades de captação privada para financiar projetos de transmissão, que vão somar investimentos de R\$ 5 bilhões em quatro anos e meio.

Esse movimento tem ocorrido tanto pela queda da taxa Selic, hoje em 6,75% ao ano, como pela adoção da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos contratos do BNDES. Sem o subsídio do Tesouro Nacional, que perdurou durante décadas nos juros cobrados pelo banco estatal, a taxa hoje está em torno 7,3% – o que dá competitividade nas demais modalidades do mercado. Na outra ponta, estão investidores de títulos públicos que antes eram remunerados a 14% ao ano e agora precisam buscar alternativas para melhorar a rentabilidade de suas aplicações.

“De um lado temos fundos e investidores institucionais querendo tomar crédito de longo prazo. Do outro, uma indústria de capitais com uma dinâmica melhor”, afirma o diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), José Eduardo Laloni. Nesse ambiente, as debêntures viraram uma das grandes apostas das empresas para levantar recursos.

Esses papéis já começaram a atrair investidor estrangeiro e devem ganhar atenção dos fundos de pensão, que têm mais de R\$ 1 trilhão em títulos públicos, para cumprir as metas atuariais, diz o presidente do Banco Fator, Gabriel Galípolo. No primeiro

trimestre deste ano, houve um aumento de 75% no volume de debêntures emitidas no País. O setor de infraestrutura foi responsável 45% das emissões.

“A queda dos juros abre espaço para uma série de ferramentas, que estamos estudando para financiar os projetos dos próximos cinco anos”, diz o diretor financeiro da Alupar, Marcelo Costa. “O importante é que agora não há uma solução única. Podemos ter uma parte de capital e outra de financiamento.”

Além das debêntures, bonds (títulos no exterior) e empréstimos de órgãos multilaterais, como Banco Mundial, e agências de crédito à exportação (Ecas) devem ganhar espaço no mercado, afirma Edson Ogawa, responsável pela área de project finance do Santander. Segundo ele, até 2017, 80% dos volumes financiados em infraestrutura eram do BNDES, que assumia o risco da operação.

Os bancos comerciais atuavam como repassadores do banco de fomento e financiadores dos chamados “pontes” – empréstimo de médio e curto prazo que cobre o período até a concessão do crédito de longo prazo. A expectativa é que o apetite por essa modalidade aumente daqui para frente, prevê o responsável pela área de project finance do Itaú BBA, Marcelo Girão. Ele vê o banco mais ativo nos últimos meses, sobretudo em energia elétrica. “Embora não seja papel dos bancos ser financiador de projetos de longo prazo, as instituições privadas estão assumindo o risco de capital na estruturação de debêntures de infraestrutura”, disse.

Outra forma de os bancos atuarem será como investidor, comprando debêntures. “As perspectivas para o ano de 2018 são de maior participação dos bancos privados em projetos de infraestrutura, diante de um estoque de projetos de geração e transmissão de energia e novos projetos de logística (aeroportos, rodovias e mobilidade urbana) que foram licitados em 2017-2018 e que demandarão soluções de financiamento de curto e longo prazos”, afirma Rui Gomes da Silva Junior, responsável pela área de project finance do banco de investimento do Bradesco, o Bradesco BBI.

Juliane Yung, responsável por “corporate banking” no Banco MUGF Brasil (antigo Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ) afirma que o espaço deixado pelo BNDES é uma questão aberta. O MUGF analisa a possibilidade de trabalhar no País com “project bonds”, espécie de título de crédito para grandes obras de infraestrutura com vencimento entre 20 e 30 anos.

Os executivos, porém, fazem questão de destacar que o BNDES continuará sendo uma das principais fontes de financiamento do País. Só que agora terá companhia de peso em prazos e custos. A diretora do banco de fomento Marilene Ramos concorda: “Continuaremos sendo o principal financiador de infraestrutura, mas não seremos os únicos”. Segundo ela, além de financiador, o banco também incentiva múltiplos instrumentos para financiar o mercado.

A instituição criou um fundo de investimento que vai comprar debêntures de energia renovável. A captação foi de R\$ 500 milhões, sendo que o banco se compromete a adquirir 50% das cotas do fundo. Outros fundos estão nos planos do banco.

Riscos para emergentes vêm aumentando, diz IIF

02/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo e com sede em Washington, apontou, em relatório divulgado nesta terça-feira, 1, que a economia mundial passa por um período de mudanças e que os riscos para os emergentes estão aumentando. O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) está em um processo de elevação das taxas de juros, movimento que está afetando o mercado de câmbio de vários países emergentes.

Além disso, o crescimento da economia mundial começa a se “dessincronizar”. Os EUA estão crescendo mais que outras regiões, refletindo estímulos fiscais, enquanto outras partes do mundo crescem menos. Este fator aliado ao aumento de juros pelo Fed contribuem para a valorização do dólar e “fazem a vida mais difícil para os emergentes, especialmente para aqueles com maior dependência de financiamento externo”.

Para o instituto, intervenções oficiais dos bancos centrais nos mercados de câmbio podem ser fontes de estabilidade durante períodos de moedas muito voláteis. Nesse contexto, Argentina e Turquia são os emergentes “para se observar” nesse momento, por conta dos elevados déficits em conta corrente. O relatório mostra ainda que Brasil e Indonésia também merecem ser monitorados.

Os países emergentes, incluindo os da América Latina, tendem a intervir no mercado de câmbio de forma “assimétrica”, ressalta o IIF. Os BCs parecem muito mais dispostos a impedir valorizações de suas moedas aumentando as reservas internacionais do que reduzir essas reservas para conter desvalorizações quando a pressão no câmbio aumenta, de acordo com o IFF, que observa os movimentos dos BCs desde o início dos anos 2000. Entre os emergentes que têm tido maior pressão para desvalorização de suas moedas estão, pela ordem, Argentina, Turquia, Hong Kong, Brasil e Indonésia.

Correios não poderão cobrar mais de 8% em serviço a empresas de e-commerce

02/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O juiz federal Leonardo Safi de Melo, da 21ª Vara Federal Cível de São Paulo, deferiu uma liminar que proíbe a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de reajustar valores acima de 8% para empresas de comércio eletrônico. A decisão foi favorável à ABCOMM (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico), que alegou que a ECT aumentava os valores de forma abusiva.

Dessa forma, as vendas realizadas pelos membros eram prejudicadas, pois “a maior parte das empresas de e-commerces depende dos Correios para a entrega das mercadorias adquiridas pelo público consumidor”. A ECT “noticiou o aumento do custo dos referidos serviços de entrega, sobre os quais incidiria reajuste de 8% sobre os valores praticados, bem como a cobrança de taxa adicional de R\$ 20,00 por objetos não quadrados e R\$ 3,00 sobre remessas para locais considerados como sendo áreas de risco, a exemplo da região metropolitana do Rio de Janeiro”.

Como duas empresas associadas à autora (Mercado Livre e Netshoes) já haviam ingressado com ações individualmente, essa decisão liminar vale somente para as demais associadas.

“Nesse ponto, defende a Autora que o aumento nos serviços de Sedex e PAC supera, em muito, o reajuste noticiado, chegando a índices superiores a 50% (cinquenta por cento) a depender da localidade, salientando-se que, em regiões metropolitanas, onde a Ré enfrenta certo nível de concorrência, o aumento registrado foi menor que em áreas mais remotas do território nacional, onde sua atuação é quase exclusiva.

O custo extra de R\$ 20,00 (vinte reais) decorrente do formato não quadrado dos objetos postados onera ainda mais os associados da Autora. A cobrança de R\$ 3,00 (três) reais para envio de encomendas para áreas de risco demonstram transferência da responsabilidade do Poder Público para com a execução de políticas que garantam a segurança pública dos indivíduos e efetividade da prestação dos serviços dirigidos à sociedade”, traz a decisão.

Leonardo de Melo mencionou o Código de Defesa do Consumidor, que dispõe que é vedado ao fornecedor de serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva, bem como elevar sem justa causa o preço de seu serviço.

"Diante de tais destaques, vê-se, claramente, que o ordenamento jurídico não concede respaldo ao aumento dos preços nos patamares pretendidos pela ré, que sobrepuja a inflação acumulada no mesmo período, configurando-se aumento excessivo e abusivo, em franco prejuízo ao objeto social daqueles que se dedicam ao comércio eletrônico de bens e, por isso, dependem da Empresa Pública no desempenho de suas atividades", escreveu o magistrado.

Defesa

"Os Correios adotarão as medidas cabíveis quanto à decisão liminar proferida em favor dos associados da ABCOMM – Associação Brasileira de Comércio Eletrônico."

Conta de luz terá bandeira amarela em maio, elevando custos, diz Aneel

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Contas terão um acréscimo de 1 real a cada 100 kilowatts-hora consumidos.



Operário trabalhando em linha de transmissão de energia elétrica no Rio de Janeiro - Antônio Gaudério-5.dez.2001 /Folhapress

As contas de luz dos consumidores brasileiros terão em maio bandeira tarifária amarela, acionada devido à menor incidência de chuvas com o final do chamado "período úmido" na região das hidrelétricas, principal fonte de geração do país, disse a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nesta sexta-feira.

O anúncio, em meio a uma disparada no preço da energia no mercado de curto prazo em várias regiões, acaba com uma sequência de quatro meses de bandeira tarifária verde, que não gera custos adicionais.

Com a bandeira amarela, as contas terão um acréscimo de 1 real a cada 100 kilowatts-hora consumidos.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica.

Segundo a Aneel, os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste estão com volumes mais baixos, o que "resulta em gradual aumento do risco hidrológico (GSF) e do preço da energia elétrica de curto prazo (PLD), as duas variáveis que determinam a bandeira a ser acionada".

O PLD para o período entre 28 de abril e 4 de maio disparou 60% no Sudeste/Centro-Oeste e no Sul, informou nesta sexta-feira a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), passando de 135,38 reais/MWh para 216,86 reais/MWh.

No Nordeste, a alta foi de 14%, para 154,51 reais/MWh.

"A elevação é causada pela redução das afluições verificadas e, principalmente, pelas previstas para a próxima semana", declarou a CCEE.

Em relatório separado nesta sexta-feira, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontou chuvas nas hidrelétricas do Sudeste em 88% da média histórica para o próximo mês, enquanto para a região Nordeste as precipitações deverão ficar em 43% da média.

Além de terem caráter didático, ao incentivar a redução do consumo devido ao maior custo, as bandeiras geram arrecadação que é usada pelas distribuidoras para custear a compra de energia de termelétricas, mais cara que a das usinas hídricas.

Artigo: Debate econômico não progride sem entendimento dos números

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Efeitos da reforma trabalhista no emprego só devem se materializar em prazos bem mais longos



Desempregados procuram vagas no centro de São Paulo - Danilo Verpa - 17.nov.17Folhapress

Quando falamos do mercado de trabalho no Brasil, há números para todos os gostos: a taxa de desemprego, que havia caído para 11,8% em dezembro, subiu para 13,1% em março, culpa, claro, da reforma trabalhista.

Por outro lado, houve criação de 195 mil postos de trabalho formal no primeiro trimestre do ano, prova inequívoca de que a reforma trabalhista teve resultados extraordinariamente positivos. Onde está a verdade?

Ora (direis), se buscamos a verdade nos dados, é preciso entendê-los. A começar porque, como escrevi uns meses atrás, o comportamento do mercado de trabalho não é uniforme ao longo do ano, o que, aliás, é uma característica de quase tudo o que interessa na economia.

Não tenho dúvida, por exemplo, de que ririam de quem afirmasse que a economia estava "bombando" no fim do ano passado porque as vendas no varejo em dezembro cresceram 23% na comparação com novembro ("e o Natal, cara-pálida?") ou de quem tomasse a queda de quase 11% da produção industrial no mesmo intervalo como evidência de uma profunda recessão em curso ("e o Natal, cara-pálida?").

Fato óbvio, mas negligenciado quando se fala do mercado de trabalho, é que há um comportamento sazonal visível nas variáveis econômicas: vendas crescem no Natal, a produção industrial cai durante o Carnaval e, no caso do emprego e do desemprego, as coisas não são diferentes.

Tipicamente a taxa de desemprego sobe de dezembro a março e aí cai gradualmente para atingir o menor nível do ano em dezembro, quando então reinicia o ciclo.

Processo semelhante ocorre com a criação de vagas com carteira, exceto que, por questões de registro, é em dezembro que costuma haver forte queda do emprego formal, mesmo em anos de grande expansão (em 2010, por exemplo, ano em que foram criados mais de 2 milhões de postos, houve retração de 400 mil em dezembro).

Há duas formas de lidar com o problema. Ou comparamos sempre com o mesmo mês do ano anterior (e perdemos a informação do que ocorreu no meio do caminho) ou fazemos o que se convencionou chamar de ajuste sazonal, isto é, "limpamos" por meios estatísticos as flutuações puramente sazonais, o que nos permite concentrar no comportamento "real" da série.

No caso, o desemprego de 13,1% em março deste ano compara-se a 13,7% no mesmo mês de 2017, redução de 487 mil no número de desempregados.

Já fazendo o ajuste sazonal notamos que o desemprego atingiu um pico de 12,9% no primeiro trimestre de 2017, caiu para 12,8% no segundo trimestre, 12,6% no terceiro, registrou um leve aumento para 12,7% no quarto e voltou a cair para 12,3% no primeiro trimestre deste ano.

Da mesma forma, a geração de empregos formais foi negativa até o terceiro trimestre do ano passado, voltando a terreno positivo no quarto trimestre (134 mil postos) e no começo deste ano (106 mil).

Houve, portanto, redução modesta do desemprego desde o começo de 2017 e retomada, também moderada, das contratações formais, esta última, fenômeno mais recente, desenvolvimentos que reforçam a percepção de uma economia que se recupera lentamente.

A propósito, nada disso guarda qualquer relação com a reforma trabalhista, cujos efeitos só devem se materializar em prazos bem mais longos, mas serve para ilustrar como o debate econômico não progride se não houver um pouco mais de entendimento dos números e um pouco menos de desonestidade por parte de alguns analistas.

Alexandre Schwartzman -Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.

Empregos informais representam mais de 60% das vagas

02/05/2018 – Fonte: EM.com

Os empregos informais já representam mais de 60% das vagas em todo o mundo. A conclusão está no relatório Mulheres e homens na economia informal, divulgado ontem pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). No total, são mais de 2 bilhões de pessoas sem contratos fixos ou carteiras assinadas. Os dados não consideram pessoas fora do mercado de trabalho.

A informalidade se altera fortemente quando observadas as condições socioeconômicas dos países. Enquanto nas economias mais ricas, a média de vagas informais fica em 18,3%, nas em desenvolvimento e de menor renda o índice salta para 79%. Ou seja, um trabalhador vivendo em uma nação com economias mais frágeis tem quatro vezes mais chances de ficar em um posto informal do que aqueles em áreas com melhores indicadores.

A presença do trabalho informal é maior na África (71,9%), seguida de Ásia e Pacífico (60%), Américas (40%) e Europa e Ásia Central (25%). Na América Latina, o índice fica em 53%. Nas zonas rurais, o emprego informal representa 80% do total, quase o dobro do índice verificado nas regiões urbanas (43,7%).

Continua depois da publicidade

Na agricultura, chega a atingir 93,6% dos trabalhadores, enquanto na indústria e nos serviços os percentuais caem, respectivamente, para 57,2% e 47,2%. A informalidade está vinculada também a determinadas modalidades de contratação. O fenômeno é mais comum em vagas de tempo parcial (44%), temporárias (60%) e na combinação

dessas duas características (64%). Já em atividades de tempo integral, o índice cai para 15,7%.

“Evidências mostram que a maioria das pessoas entram na economia informal não por escolha, mas como consequência da falta de oportunidades na economia formal e na ausência de meios de subsistência”, destaca a pesquisa.

Diferenças

No recorte por gênero, a informalidade atinge mais homens (63%) do que mulheres (58%). Entretanto, em mais da metade dos países pesquisados a ocorrência do problema é maior entre o sexo feminino do que entre o masculino. A presença é maior na África (71,9%), seguida de Ásia e Pacífico (60%), Américas (40%) e Europa e Ásia Central (25%). Na América Latina, o índice fica em 53%.

Já na análise por faixa etária, o trabalho informal é mais comum entre jovens (77%) e idosos (78%). Nas pessoas com idades entre 35 e 54 anos, o índice cai para 55%. O estudo também avaliou como a educação formal se relaciona com a informalidade. Quanto maior a escolaridade, maior o percentual de trabalho formal, e vice-versa. Enquanto metade das pessoas nos postos informais não tem educação formal ou não ultrapassaram o nível primário, apenas 7% tem um grau de formação elevado.

Impactos e saídas

Na avaliação da OIT, a informalidade traz como consequências a má qualidade do trabalho, a queda de rendimentos e proteções sociais aos trabalhadores. Mas também tem impactos no conjunto da economia, minando a sustentabilidade das empresas, tensionando negativamente a produtividade e afetando as arrecadações dos governos.

A OIT destaca que a transição para a prevalência da economia formal é uma meta estabelecida em diversos fóruns internacionais, como a Conferência Internacional do Trabalho (2015) e a Agenda 2030 pelo Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Este é um objetivo estratégico da organização na promoção do trabalho decente.

Uma primeira tarefa apontada pela organização é qualificar o monitoramento da informalidade, muitas vezes não captada de forma adequada pelas estatísticas governamentais. A OIT aponta que um retrato mais fiel do fenômeno permite compreendê-lo na sua diversidade, uma vez que a informalidade varia de país a país e entre condições específicas nos variados recortes (gênero, classe e idade, entre outros).

O enfrentamento deste quadro, recomenda a OIT, passa por facilitar a transição para postos formais, garantindo direitos e seguridade social; promover a sustentabilidade de empresas que oferecem vagas de qualidade; e prevenir processos que sirvam como vetores de estímulo ao crescimento de empregos informais.

Editorial: As razões do desemprego

02/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Sem primeiro recuperar a normalidade política e reencontrar um trilha para o governo, não há como incutir confiança nos investidores nacionais e estrangeiros

Ao chegar o fim deste ano, a população do Brasil terá atingido 210 milhões de habitantes, metade em condições de trabalhar. Lamentavelmente, o desemprego aberto atingiu 13,7 milhões de pessoas em março passado, equivalente a 13,1% de toda a força de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo IBGE. Embora a tendência se explique em parte pela sazonalidade e a taxa seja inferior à registrada no mesmo período do ano passado, o resultado levantou dúvidas sobre a vitalidade da recuperação econômica e acendeu o alerta para a necessidade de estabilidade política e reformas mais robustas.

Não se ignora que, na recuperação de uma grave recessão, os níveis de emprego sejam os últimos a subir, mas o país tem urgência de fazer a economia crescer, sem o que não reduzirá a pobreza e jogará fora a possibilidade de, daqui a algumas décadas, sair da condição de nação subdesenvolvida e com altos índices de miséria.

Analistas internacionais têm repetido que, para sair de vez da recessão e iniciar uma fase de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil precisa recuperar a normalidade política, a estabilidade do setor público, o equilíbrio das contas do governo e, principalmente, fazer reformas que o tempo tornou necessárias – como a reforma da previdência e a reforma tributária.

Sem primeiro recuperar a normalidade política e reencontrar um trilho para o governo, não há como incutir confiança nos investidores nacionais e estrangeiros suficiente para levá-los a tomar decisões de investimento em negócios no país e expandir o setor produtivo privado.

Em ano eleitoral, normalmente o quadro é agravado pelo adiamento de decisões de consumo e investimento pelos atores econômicos, mas desta vez a incerteza parece ser ainda mais aguda pela falta de clareza que se desenha no cenário eleitoral. Com o atual quadro de mazelas de uma crise política prolongada, cuja conta não pode ser jogada nas costas dos esforços de combate à corrupção, não é estranho imperarem tais níveis de desconfiança e até pessimismo.

O Brasil precisa recuperar a normalidade política, a estabilidade do setor público, o equilíbrio das contas do governo e fazer reformas necessárias

É preciso frisar, por outro lado, que todos os dados e análises sérias mostram que, mesmo superados os impasses imediatos – que já cobram um preço alto demais dos quase 14 milhões de desempregados –, o caminho para um crescimento econômico que sustente o desenvolvimento brasileiro passa necessariamente por uma reforma da previdência que equacione o déficit fiscal, uma reforma tributária que dê racionalidade à arrecadação, investimentos em infraestrutura que destravem o potencial reprimido do capital do país e uma reforma educacional que aumente a produtividade do trabalhador brasileiro, estagnada há décadas. Sem isso, continuaremos a viver de voos de galinha.

Até o governo comunista chinês entendeu isso e vem adotando várias estratégias e políticas para mostrar que a China garante estabilidade jurídica e as bases das empresas privadas, sobretudo o direito de lucro e de propriedade.

Quando um grupo empresarial estrangeiro afirma que, entre Brasil e China, a escolha para realizar seus investimentos recai sobre a China, é hora de concluir que ou este país conserta suas tragédias políticas e econômicas, ou seguirá sendo pobre, atrasado e violento. Esse não é, nem precisa ser, o destino inexorável do Brasil.

14 milhões de desempregados: a culpa é de quem?

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A recuperação da economia brasileira segue. Como vai a passos de tartaruga, deve seguir ainda por muito tempo. Entre os primeiros trimestres de 2017 e 2018, a taxa de desemprego caiu de 13,7% para 13,1%, uma toada de 0,6% ao ano.

Mantido esse ritmo, precisaremos de quase uma década para alcançar a taxa de desemprego anterior à recessão iniciada em 2014.

São quase 14 milhões os brasileiros desempregados neste 1º de maio, Dia do Trabalho. Eles pagam um custo altíssimo pelas escolhas feitas durante a última década.

Quando a maré estava favorável, gastamos demais; aumentamos os salários dos servidores públicos federais e postergamos a solução para a Previdência, responsável por boa parte do rombo nas contas públicas. Tomamos também decisões de investimento indefensáveis, como a refinaria Abreu e Lima, que foi considerada, em estudos da própria Petrobras, inviável mesmo em hipóteses mais otimistas.

Quando a maré virou, ficamos com a conta dos direitos adquiridos dos aposentados, as refinarias inacabadas e elefantes brancos como o estádio Mané Garrincha, em Brasília, ou a Arena Pantanal, em Cuiabá.

Já os empregos, estes foram embora...

Para evitar crises futuras e agir para uma recuperação mais rápida, precisamos entender de quem é a culpa.

Nosso setor de infraestrutura foi destruído quando suas práticas corruptas foram expostas pela Lava Jato. A culpa não é apenas dos executivos de empreiteiras que pagaram propinas, mas também dos políticos que as receberam e daqueles que não exerceram a prerrogativa de questionar a atuação do governo no poder.

A atuação do Conselho de Administração da Petrobras também é de envergonhar. Se o Conselho da Petrobras exercesse suas obrigações, o saque ao patrimônio público teria sido muito menor.

Nossos bancos não conseguem ou não querem emprestar a juros mais baratos. Medidas como o Cadastro Positivo, que facilitam a entrada de capital novo no setor de crédito e, muito provavelmente, levariam a uma redução de juros cobrados dos bons tomadores de empréstimos, são bloqueadas por políticos oportunistas e grupos de pressão pouco dispostos a largar o osso —como os donos de cartórios.

A produtividade de nossas empresas tem se estagnado. A culpa aqui se espalha. Em grande parte, está com a política econômica de governos passados que priorizava grandes empresas, já estabelecidas, regando-as com dinheiro público via BNDES e deixando pouco espaço para a entrada de novos participantes no mercado. Mas também está com todos os governos brasileiros de ontem e hoje, que não conseguem facilitar a inovação e o empreendedorismo.

O investimento privado brasileiro é baixo demais para conseguirmos um crescimento mais rápido. Além dos empecilhos burocráticos, os problemas fiscais do país são relevantes para esse quadro, como a dívida explosiva e as promessas de aposentadorias inviáveis já citadas neste texto.

Quem vai querer expandir produção em um país cuja dívida está explodindo, onde se sabe que faltam recursos para infraestrutura e segurança pública? Na melhor das hipóteses, que já não é nada boa, teremos aumentos de impostos no futuro. Na pior delas, o colapso do Estado, e um espaço a ser ocupado em partes significativas do país por gangues e milícias que cobram seus próprios impostos.

A agenda para os próximos anos está posta.

Podemos sonhar com um Brasil onde o setor privado não encontra obstáculos burocráticos; onde as contas públicas não prenunciam uma catástrofe iminente; onde

as pequenas e médias empresas competem de igual para igual com as grandes; em que bons tomadores de empréstimo conseguem crédito barato. Como resultado, o número de desempregados se reduziria mais rapidamente do que agora.

IPC-S acelera para 0,34% em abril após 0,17% em março, revela FGV

02/05/2018 – Fonte: EM.com

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) acelerou para 0,34% em abril após 0,17% em março, conforme a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com este resultado, apresentado nesta quarta-feira, 2, o indicador acumula avanço de 1,37% no ano e 2,98% em 12 meses, depois de atingir 2,76% no período finalizado em março.

A alta observada em março ficou acima da mediana de 0,29% da pesquisa do **Projeções Broadcast** e perto do teto de 0,35%. O piso das estimativas era de 0,27%.

Na comparação com a terceira quadrissemana de abril, o indicador acelerou da variação de 0,32% encontrada naquela oportunidade. Nesta base de comparação, cinco das oito classes de despesas avançaram: Saúde e Cuidados Pessoais (0,98% para 1,12%), Alimentação (0,23% para 0,29%), Educação, Leitura e Recreação (0,02% para 0,12%), Vestuário (0,47% para 0,60%) e Despesas Diversas (-0,01% para 0,13%).

O grupo de Comunicação manteve a mesma taxa de variação apresentada na leitura anterior, de 0,07%.

Já os segmentos que registraram desaceleração entre a terceira e a quarta quadrissemana de abril foram Transportes (0,24% para 0,07%) e Habitação (0,30% para 0,26%).

Artigo: Com concentração bancária perversa, pouco importa que BC tenha reduzido os juros

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Não há como justificar as taxas dos bancos, nem pela inadimplência nem pelos compulsórios



Quatro maiores bancos do país concentram 78,51% de todos os empréstimos feitos por instituições financeiras no Brasil, diz BC - www.fotoarena.com.br

Coincidência e sorte me levam a escrever neste espaço no feriado do Dia do Trabalho. Digo isso porque não há nos dias atuais, de rápidas e aflitivas mudanças tecnológicas, problema mais angustiante do que a falta de emprego e trabalho.

Cada vez mais, a inteligência artificial vai substituindo a mão de obra humana. Ocorre que os robôs, diferentemente dos humanos, ajudam a aumentar a produtividade, mas não pagam Imposto de Renda, contribuição previdenciária e outras taxas e impostos que convenciamos chamar de encargos trabalhistas.

Há dias, li um articulista sugerindo que, em breve, os governos terão de optar pela taxaço dos robôs.

Sem dúvida, ideias como essa surgem porque as novas tecnologias efetivamente já desempregam milhões de pessoas por ano em todo o mundo. Aqui no Brasil, porém, por mais que esses avanços também estejam presentes, ainda não podemos culpar os robôs pelos nossos problemas. Somos nós, os humanos, os maiores culpados.

Os números são reveladores. Em 2015, o país perdeu 1,3 milhão de postos de trabalho formal. Em 2016, mais 1,5 milhão, e, em 2017, finalmente, o quadro mudou e houve só uma pequena perda, de 21 mil vagas.

Lá fora, nas economias desenvolvidas, mesmo com o avanço das tecnologias, a tendência não foi essa. Há crescimento econômico e de emprego. A economia global cresceu 3,1% em 2016, 3,8% em 2017 e deve crescer mais de 3,9% em 2018.

É óbvio, portanto, que o país está na situação atual em razão da nossa incompetência e, até mesmo, da nossa arrogância ideológica. O novo consenso na área econômica, que muitos custaram a admitir, indica que a tênue recuperação esboçada em 2017 está sendo sufocada por algo que a **Folha** chamou, em editorial, de "anomalia dos juros bancários, sem paralelo no mundo civilizado".

O óbvio está sendo, finalmente, reconhecido. Há uma concentração bancária perversa. Os quatro maiores bancos respondem por 78,5% do crédito concedido —dez anos atrás, essa proporção era de 55%.

Com esse poder, pouco importa que o BC tenha reduzido sua taxa básica pela metade, para 6,5% ao ano, em um ano e meio. É ocioso enumerar as estarrecedoras taxas de juros cobradas nas operações de crédito, que atingem nível absurdo de 325% ao ano para os cheques especiais.

Não há como justificar esses desatinos, nem pela inadimplência, que está em queda, nem pelos impostos e nem pelos compulsórios bancários. O que se vê é a manutenção em nível elevado do spread, que é a diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que cobram em seus empréstimos. Na prática, a margem de lucro.

O país precisa fazer sua lição de casa se quiser derrotar esse que passou a ser o inimigo número um da recuperação da economia e do emprego. Tramita na Câmara o projeto de lei que aperfeiçoa o cadastro positivo de pessoas e empresas. Sua aprovação é necessária, pois vai criar uma lista de bons pagadores, estimular a concorrência pela conquista desses clientes e, com isso, reduzir os juros cobrados.

Isso vai incentivar a entrada de novos competidores no mercado de crédito, entre eles as fintechs, que usam novas tecnologias e foram regulamentadas na semana passada pelo BC.

Sem conseguir fazer, por razões políticas, as reformas necessárias, principalmente a da Previdência, o país precisa crescer para elevar as receitas e ter um fôlego fiscal que permita a rearticulação do setor público após as eleições.

O crédito com custos civilizados para consumo, capital de giro e investimento é o instrumento que vai permitir essa travessia.

Benjamin Steinbruch - É empresário, diretor-presidente da CSN e primeiro vice-presidente da Fiesp.

Dólar sobe 6% em abril e tem maior alta mensal desde novembro de 2016

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O dólar subiu 6% em abril e teve a maior alta mensal desde novembro de 2016, quando avançou 6,2%, com o temor dos investidores de altas adicionais de juros nos

Estados Unidos e também com as incertezas que rondam o cenário eleitoral brasileiro. A Bolsa também fechou o mês no azul, com valorização de 0,9%.

Nesta segunda (30), o dólar comercial teve alta de 1,21%, a R\$ 3,505, o maior valor desde 3 de junho de 2016, quando atingiu R\$ 3,527. O dólar à vista, que fecha mais cedo, subiu 0,5%, para R\$ 3,485.

Já o Ibovespa, índice das ações mais negociadas, fechou a sessão em queda de 0,38%, para 86.115 pontos, com um volume negociado menor por causa do feriado de 1º de Maio, Dia do Trabalho, nesta terça.

A forte valorização do dólar em abril fez os fundos cambiais, opção para o investidor que quer aplicar em moeda estrangeira, liderarem o ranking de investimentos da **Folha** no mês. Esses fundos se valorizaram 5,3%, após desconto de Imposto de Renda de 15%, que incide em resgates realizados após 720 dias.

"Houve uma diferença entre a taxa de juros nos Estados Unidos e no Brasil que ficou favorável ao mercado americano, e não ao brasileiro", diz Raphael Figueredo, sócio-analista da Eleven Financial.

Essa diferença ocorreu principalmente por causa das expectativas de que o banco central americano poderia ter que acelerar os aumentos de juros no país por uma inflação pressionada pelo preço de matérias-primas —em especial o petróleo—, que ganhou força ao longo do mês.

O cenário doméstico também influenciou a cotação da moeda americana. As primeiras pesquisas divulgadas depois da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxeram na liderança Jair Bolsonaro (PSL) e Marina Silva (Rede). A falta de clareza sobre as propostas de ambos para a economia preocupa os investidores, segundo analistas.

Por causa dessas dúvidas, muitos estrangeiros que compram ações no país utilizam instrumentos de proteção cambial, como a compra de dólares ou de contratos futuros da moeda estrangeira.

"O investidor estrangeiro que está entrando aproveita o fato de a Bolsa estar barata em dólar, mas busca manter os preços dos ativos no patamar em que comprou, sem ser afetado por eventuais desvalorizações do real", diz Figueredo.

Esse movimento contribuiu para a valorização do dólar, mas, segundo o sócio-analista da Eleven, é responsável por apenas 30% do movimento de alta da moeda americana. "Eu vejo vantagem nesse movimento, porque, com o dólar mais forte, os ativos brasileiros ficam mais baratos sob a ótica do capital estrangeiro, o que abre a possibilidade de ter mais investimento em Bolsa", ressaltou.

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) teve alta de 2,58%, para 173,9 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados fecharam com sinais mistos. O DI para julho deste ano recuou de 6,246% para 6,240%. O DI para janeiro de 2019 teve alta de 6,215% para 6,230%.

AÇÕES

O fluxo de entrada de estrangeiros contribuiu para a alta de 0,88% do Ibovespa no mês. Apesar disso, os fundos de ações indexados, alternativa para o investidor que quer aplicar em Bolsa, recuaram 0,55% em abril.

Nesta sessão, dos 64 papéis do Ibovespa, 43 caíram, 19 subiram e dois fecharam estáveis.

O mês de abril marcou a retomada dos IPOs na Bolsa brasileira. Depois de NotreDame Intermédica, que subiu 22,7% na estreia, e HapVida (22,8%), foi a vez do Banco Inter começar a negociar seus papéis em Bolsa. Na estreia, as ações fecharam estáveis em R\$ 74.

As ações da BRF lideraram as quedas do Ibovespa, com recuo de 3,58%. A Natura se desvalorizou 3,42%, e a Ultrapar perdeu 2,47%.

A Rumo encabeçou as altas, com avanço de 3,41%. A Suzano se valorizou 2,01%, a EcoRodovias teve ganho de 1,95%.

As ações da Petrobras subiram, acompanhando a alta do petróleo no exterior. Os papéis mais negociados avançaram 1,14%, para R\$ 22,97. Os papéis com direito a voto tiveram valorização de 0,45%, para R\$ 24,63.

A mineradora Vale subiu 0,66%, para R\$ 48,67, em meio à alta dos contratos futuros de minério no exterior.

No setor financeiro, o Itaú Unibanco recuou 0,95%. As ações preferenciais do Bradesco perderam 1,54%, e as ordinárias caíram 1,94%. O Banco do Brasil teve queda de 1,74%, e as units —conjunto de ações— do Santander Brasil tiveram desvalorização de 0,29%.

RENDA FIXA

O cenário de queda da taxa básica de juros Selic deixa as aplicações de renda fixa ainda menos atrativas, avalia Vinícius Maeda, diretor de relações com investidores da plataforma Magnetis. A melhor colocada em abril foi a poupança com depósitos até 3 de maio de 2012, que rendeu 0,5%.

"Dada a evolução, a inflação estabilizando dentro das projeções do mercado, em torno de 4%, o mercado já projeta um novo corte, que deve acontecer na próxima reunião, em maio", diz. Com isso, a Selic deve cair para 6,25%. No segundo semestre, dependendo da economia, há espaço para que os juros voltem a subir.

Para ele, apesar da queda significativa dos juros —de 14,25% em outubro de 2016 aos atuais 6,5%—, a renda fixa ainda tem um papel importante na carteira dos investidores. "Para o curto prazo, é importante ter a renda fixa para que não tenha uma surpresa numa eventual volatilidade", afirma. É o caso de alguém que precisa juntar dinheiro para quitar um financiamento, por exemplo.

Maeda adverte que o investidor tem que tomar cuidado com a euforia. "A gente vem de altas históricas de Bolsa e ativos de risco, como o câmbio, mas é importante ter a carteira bem diversificada para que as volatilidades não peguem o investidor de surpresa."

Temer submete ao Senado nomes para diretoria da Agência Nacional de Mineração

02/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer enviou ao Senado Federal, para apreciação, cinco nomes para compor a diretoria da recém-criada Agência Nacional de Mineração (ANM). As mensagens com as indicações estão publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, dia 2.

Para o cargo de diretor-geral da agência foi indicado Victor Hugo Froner Bicca, com mandato de quatro anos. Os outros diretores sugeridos são: Lília Mascarenhas Sant'Agostino, com mandato de quatro anos; Debora Toci Puccini, com mandato de

três anos; Tasso Mendonça Junior, com mandato de três anos; e José Antonio Alves dos Santos, com mandato de dois anos.

A ANM foi criada por medida provisória, convertida em lei em dezembro passado. A nova agência substitui o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na regulação e fiscalização do setor de mineração.

O órgão é vinculado ao Ministério de Minas e Energia e será liderado por uma diretoria colegiada, composta por cinco diretores, que serão indicados pelo presidente da República e nomeados depois da aprovação do Senado.

Guerra comercial pode reduzir crescimento do Brasil em 1,1 ponto percentual, diz estudo

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tensão entre China e EUA leva a deterioração das condições financeiras, afirma banco



O presidente Donald Trump cumprimenta o líder Xi Jinping em Pequim - Andy Wong - A guerra comercial entre Estados Unidos e China pode reduzir o crescimento do PIB brasileiro em 1,1 ponto percentual em 2019, diz estudo do Banco Santander.

A análise “Guerra (comercial) infinita: quais os riscos para o Brasil?” parte da hipótese de elevação de 25% na tarifa média imposta pelos EUA aos produtos chineses e retaliação em igual proporção da China.

“Se acontece uma desaceleração do crescimento da China e dos EUA, estamos falando que a torta [que representa o comércio mundial] vai encolher”, afirma a economista Adriana Dupita, uma das autoras do estudo.

Na projeção do banco, sem a guerra comercial o PIB brasileiro cresceria 3,2% em em 2018 e 3,2% em 2019. Com o choque entre Estados Unidos e China, o crescimento seria de 2,8% em 2018 e 2,1% em 2019.

“Mesmo assumindo um choque significativo sobre as tarifas, os resultados sugerem que o efeito total sobre o crescimento brasileiro, embora longe de ser irrelevante, não é suficiente para reverter a recuperação econômica em curso”, afirma o relatório do banco.

O maior impacto, diz o estudo, seria da piora nas condições financeiras.

Para mensurar o estrago, a projeção foi dividida em dois estágios.

O primeiro considerou a redução no comércio global diante da elevação em 25% das tarifas pelas duas superpotências, considerando diversos fatores, entre eles, o índice de volatilidade do mercado financeiro internacional (VIX da Bolsa de Chicago).

O segundo estágio levou em conta também o PIB brasileiro, a taxa real de juros e o índice de confiança do consumidor.

A economista do Santander explica que a guerra comercial leva a deterioração nas condições financeiras internacionais, o que, por sua vez, aumenta a aversão ao risco e isso prejudica os mercados emergentes, como o Brasil.

“O aumento da aversão ao risco leva ao aumento da taxa de juros internacional e investidores deixam de investir em mercados emergentes passando a apostar em ativos de menor risco, como títulos do tesouro americano”, diz Dupita.

De acordo com a análise, o aumento de 25% na tarifa bilateral entre EUA e China sobre todos os produtos reduziria o crescimento do comércio global em 1,3 ponto percentual em 2018 e 7,6 pontos percentuais em 2019.

Os preços das commodities iriam cair 2,5% em 2018 e 15% em 2019, o que afetaria diretamente o Brasil.

Para o economista Fabio Silveira da consultoria MacroSector, em uma disputa comercial entre China e Estados Unidos os preços globais dos produtos atingidos sobem em um primeiro momento, mas caem meses depois.

“Em um segundo momento [segundo semestre de 2018], tal majoração de preços tende a derrubar a competitividade e o volume de transações desses produtos em escala mundial, enfraquecendo a corrente de comércio”, afirma.

O efeito, segundo Silveira, é a desvalorização dos produtos tarifados levando as cotações a níveis médios menores que os vigentes em 2017.

“Definitivamente, essa guerra comercial não será benéfica para os exportadores nacionais”, afirma o economista.

O Santander aponta que o principal risco para exportações brasileiras é a redução do ritmo de crescimento da China nos próximos anos.

Caso isso ocorra, pode haver a diminuição dos preços das commodities (responsável por 60% das exportações brasileiras) e contagiar outros países da América Latina, que dependem muito das vendas para o gigante asiático.

Juntas, China (22%) e América Latina (19%) representam quase metade das exportações brasileiras.

O estudo do Santander conclui que, para cada 1 ponto percentual de redução do crescimento da China, as exportações brasileiras podem cair 3% pela combinação de menor preço e menor quantidade exportada.

Porém, como as exportações têm peso baixo no PIB (12%), a queda levaria a um impacto pequeno sobre o crescimento brasileiro.

Brasil negocia cota maior para aço com os EUA

02/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo brasileiro avalia negociar com os Estados Unidos alterações no cálculo das cotas de exportação de aço e alumínio para diminuir prejuízos ao comércio por causa das sobretaxas de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio anunciadas em março. Segundo fontes do governo, essa é uma das poucas alternativas que restam, depois que os americanos colocaram apenas duas alternativas sobre a mesa: cota ou sobretaxa.

As duas opções são consideradas ruins pelo governo e pelo mercado. A cota é uma forma de limitar as exportações estabelecendo volumes máximos a serem embarcados

para os EUA. Já a sobretaxa eleva o valor pago pelo importador americano, o que pode inviabilizar as vendas para aquele mercado.

O Brasil vinha defendendo, nas negociações, que não deveria sofrer nenhum tipo de restrição no comércio dos dois produtos. O principal argumento é que 80% do aço exportado para os EUA é semiacabado, ou seja, insumo para a indústria local.

Os negociadores vinham nessa queda de braço até que, na última sexta-feira, os americanos avisaram que não havia mais tempo para negociação e que o País precisaria escolher entre cota ou sobretaxa.

No fim da noite de segunda-feira, quando terminou o prazo dado por ele próprio para a conclusão das negociações com os países afetados pela sobretaxa, o presidente Donald Trump disse que havia fechado um acordo "em princípio" com o Brasil e que seriam necessários mais alguns dias para negociar detalhes.

Muito provavelmente, Trump se referia às cotas que eles propuseram ao Brasil e sobre as quais não tiveram resposta positiva. Mas, fora desse cardápio, aparentemente não há muitas opções, admitem fontes. Uma possibilidade seria questionar a medida norte-americana na Organização Mundial do Comércio (OMC). Não há decisão de governo quanto a isso.

"Precisamos esperar para ver como fica", disse ontem ao Estado o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego. Ele confirmou que havia as duas opções sobre a mesa, mas não está seguro sobre o que acontecerá, agora que os Estados Unidos decidiram prorrogar o prazo das negociações.

No caso do setor de alumínio, a proposta americana era uma cota baseada na média das exportações dos últimos cinco anos.

Esse volume, disse o executivo, não é suficiente nem para cumprir as vendas que já foram contratadas para este ano. Além disso, a cota proposta por eles é do tipo "hard", além da qual não se pode exportar mais nada. Por isso, segundo fontes, o setor tendia a optar pela sobretaxa. Rego não confirmou. Ele prefere esperar para ver se haverá alguma alteração na proposta americana.

Posição

Para o aço, a sobretaxa de 25% praticamente inviabiliza as vendas, segundo declarou várias vezes o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Mello Lopes. A entidade só deve se posicionar sobre o caso hoje.

Também hoje, os ministérios das Relações Exteriores e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços deverão divulgar nota conjunta. Fontes ligadas ao governo informaram que, no caso dos produtos siderúrgicos, as cotas serão calculadas sobre a média exportada de 2015, 2016 e 2017, anos que foram ruins para o comércio exterior. Ou seja, são cotas baixas.

É nesse ponto que os técnicos acreditam haver espaço para negociação. Enquanto o Brasil ainda avalia o que fazer, a Argentina anunciou haver alcançado um acordo definitivo com os Estados Unidos, segundo o jornal Clarín.

Ela ficará livre das sobretaxas, mas observará cotas para suas exportações.

Porém, diferente do que ocorreu com a Coreia, que aceitou cotas cujo resultado foi um corte nas vendas de 30%, a Argentina diz ter conseguido uma cota de 180 mil toneladas de aço, 35% superior à média dos últimos três anos. Para alumínio, serão 130 mil toneladas, o que corresponde à média dos últimos três anos.

UE exige isenção permanente de tarifas dos EUA sobre aço e alumínio

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Na segunda (30), Trump prorrogou a suspensão temporária das tarifas até 1º de junho



O braço executivo da União Europeia exigiu nesta terça-feira (1º) uma isenção permanente das tarifas de importação de aço e alumínio impostas pelos Estados Unidos, dizendo que a decisão do presidente norte-americano, Donald Trump, de não adotá-las por ora prolonga a incerteza do mercado.

Em um comunicado, o órgão afirmou que as tarifas não podem se justificar pelo argumento da segurança pública, e disse que o diálogo com os Estados Unidos continuará, mas que não negociaria sob ameaças do governo Trump.

Na segunda-feira (30), a Casa Branca anunciou que Trump prorrogou uma suspensão temporária das tarifas para UE, Canadá, Brasil, México e Austrália até 1º de junho, poucas horas antes de elas entrarem em vigor.

No decreto, Trump anunciou que fechou com o Brasil um acordo que envolve cotas de importação, segundo a Casa Branca. Os termos, porém, não foram finalizados.

A Comissão Europeia, que coordena a política comercial dos 28 países da UE, reconheceu a decisão de Trump, mas disse que o bloco deveria ser isento permanentemente das tarifas, já que não é a causa da capacidade excessiva na produção de aço e alumínio.

"A decisão dos EUA prolonga a incerteza do mercado, o que já está afetando as decisões empresariais", alegou a Comissão.

Trump invocou uma lei comercial de 1962 para criar proteções para os produtores norte-americanos de aço e alumínio, alegando razões de segurança nacional, em meio a uma fatura dos dois metais em todo o mundo que se atribui sobretudo ao excesso da produção na China.

A Alemanha, cujo superávit comercial rendeu críticas de Trump, disse esperar uma isenção permanente.

"Estou firmemente convencido de que, no interesse dos empregos na Alemanha, na Europa e nos EUA, precisamos de uma cláusula de longo prazo e que elevar tarifas é o caminho errado", disse o ministro da Economia alemão, Peter Altmaier, pedindo mais conversas com Washington.

"Precisamos de menos, não mais tarifas no comércio global".

A França disse concordar que existe um excesso da produção nas indústrias de aço e alumínio, mas que a UE não tem culpa e devia ser isentada permanente das tarifas para que a questão da superprodução possa ser tratada em conversas.

"Estamos prontos para trabalhar com os EUA e outros parceiros para lidar com estas questões, e para desenvolver soluções rápidas e apropriadas", disseram os ministros das Finanças e Relações Exteriores franceses.

A federação empresarial francesa BusinessEurope qualificou a prorrogação da isenção como positiva, mas disse que as empresas precisam de previsibilidade.

Venda de caminhões avança 78% em abril, diz associação das montadoras

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 30-05-2018)

Expectativa da Anfavea é de alta nas vendas e nas exportações de máquinas agrícolas e rodoviárias



Caminhões em pátio em SP - Jorge Araujo - 5.jul.16/Folhapress

As vendas de caminhões no mês de abril no Brasil indicam sinais de reaquecimento da economia.

A afirmação é de Antonio Megale, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), e foi feita na tarde desta segunda-feira (30) na [Agrishow](#) (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo).

De acordo com ele, o mês de abril deve fechar com cerca de 6.200 caminhões vendidos, o que representa crescimento de 78% em relação a igual período de 2017, quando foram vendidas 3.470 unidades.

“Se vende caminhão, o PIB está vindo [junto]. A expectativa é de crescimento”, afirmou.

Após um 2017 marcado por quedas nas vendas, para este ano a previsão é de alta também na produção, nas vendas internas e nas exportações de máquinas agrícolas e rodoviárias.

Dados da Anfavea indicam que devem ser produzidos 61,5 mil unidades, 11,8% mais que as 55 mil do ano passado. As vendas internas devem atingir 46 mil e as exportações, 15,5 mil, com crescimentos de 3,7% e 9,9%, respectivamente.

As vendas internas, ainda segundo Megale, podem até superar a previsão inicial, o que deve ser confirmado de forma mais clara em dois ou três meses.

ELEIÇÕES

Em um setor formado por indústrias estrangeiras, Megale disse que o ano —eleitoral— é desafiador.

“O problema é a falta de previsibilidade. O que a gente está vendo é que a economia não tem descolado da política. O cenário político é, realmente, desafiador.”

ROTA 2030

Megale disse que o programa Rota 2030 “está em fase final de discussão”. “Já falei isso outras vezes, mas me parece que agora, finalmente, há uma convergência.”

Pelo programa, empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento terão direito a créditos tributários, mas poderão utilizá-los só no pagamento de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O incentivo está sendo classificado como uma “Lei do Bem turbinada”, porque as empresas terão 15 anos para utilizar o crédito, que é a duração total do Rota 2030, no qual estão previstos três ciclos de incentivos de cinco anos cada um. Hoje, as companhias contempladas pela “Lei do Bem”, que inclui outros setores como bens de informática, dispõem de apenas um ano para abater os créditos.

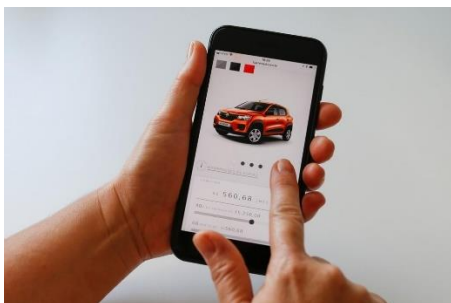
“Às vezes parece que a indústria está indo lá solicitar benesses, mas não é bem isso. O que nós estamos pedindo no Rota é, primeiro, muita previsibilidade, a gente quer ter um programa que dê a visão de 15 anos.”

Segundo ele, previsibilidade é o mais importante que o setor precisa para garantir os investimentos. “Dentro dessa questão tem um ponto que é fundamental, que são os dispêndios que a gente faz em pesquisa e desenvolvimento. Pesquisa e desenvolvimento são absolutamente fundamentais porque têm um papel grande na indústria automotiva mundial.”

Renault Kwid tem novo aumento no preço e compra pode ser até pelo celular

02/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

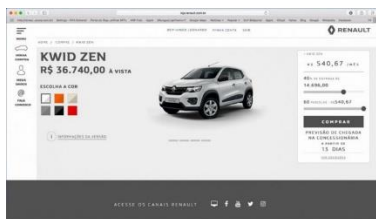
Marca vende o subcompacto por plataforma 100% digital K-Commerce, sem que o cliente vá a loja. Versão de entrada fica mais cara



Se você está interessado em comprar um **Renault Kwid** saiba que toda a negociação pode ser feita pelo celular, indo à concessionária apenas para buscar o carro.

A modalidade, chamada de **K-Commerce**, é uma plataforma 100% digital, integrada ao site da montadora - pode ser acessada via smartphone, tablet ou desktop.

A ferramenta está disponível a todos os consumidores não apenas para reservar o carro pretendido, como ocorre em outras fabricantes, mas também para fechar a transação.



Por enquanto, o **Kwid** é o único modelo da **Renault** a oferecer esta opção (leia mais abaixo). E a partir desta quarta-feira (2), a aquisição do subcompacto estará mais cara.

O “**SUV dos compactos**”, como o carro é vendido pela marca, aos poucos vai se distanciando do valor mágico de R\$ 29.990, tão propagado pela montadora na pré-venda em junho do ano passado.

Em março a versão de entrada Life subiu para R\$ 30.990 e agora começa maio com a etiqueta em R\$ 32.490. Ou seja, R\$ 1,5 mil de aumento em nove meses de mercado.

A configuração mais básica oferece quatro airbags, fixação Isofix de cadeirinha infantil, desembaçador do vidro traseiro, indicador de troca de marcha e predisposição para rádio.

Porém, não traz direção elétrica, ar-condicionado e vidros elétricos, o que torna a procura pela Life bastante tímida. Esses equipamentos estão disponíveis na intermediária Zen (R\$ 36.740).

A topo de linha Intense também teve um ligeiro reajuste, passando para R\$ 40.990 (aumento de R\$ 250). Nesta versão, o pacote de itens de série inclui computador de bordo, faróis de neblina, apoio de cabeça traseiro central, tampa do porta-malas com abertura elétrica e sistema multimídia com câmera de ré.

Todas as etapas da aquisição



A plataforma on-line **K-Commerce** agrega todas as etapas da aquisição do carro, incluindo financiamento, pré-avaliação do usado e pagamento por boleto.

O cliente preenche uma ficha de cadastro e escolhe uma das três versões do carro, a cor e forma de pagamento (à vista ou a prazo). O financiamento tradicional pode ser feito pelo Banco **Renault**, com opções de 12 a 60 parcelas, mediante a entrada de 30 a 60%.

A plataforma também informa o prazo para a entrega do veículo antes mesmo da conclusão da compra e permite a escolha da loja para a retirada do carro zero km.

No ar desde janeiro, o **K-Commerce** já registrou mais de 1,5 milhão de acessos, a maior parte por celulares e tablets (70%). Ao todo, mais de 5.100 Kwids já foram vendidos neste sistema, que funciona 24 horas por dia.

A **Citroën** foi a primeira marca no Brasil a vender carros 100% pela internet. A plataforma chamada **Citroën St@art**, começou negociando o hatch premium **C3**.

EXCLUSIVO-Volkswagen negocia gerenciar frota da Didi e codesenvolver carros autônomos

02/05/2018 – Fonte: R7

A Volkswagen, maior montadora do mundo, está negociando uma joint venture com a chinesa Didi Chuxing para gerenciar parte da frota de carros da empresa de transportes urbanos e ajudar a desenvolver veículos voltados para os serviços da Didi.

Como parte do acordo, que deve ser assinado no início do próximo mês, a montadora alemã vai inicialmente gerenciar uma frota de cerca de 100 mil veículos para a Didi, da qual dois terços será de carros do grupo Volkswagen, disse um executivo da montadora.

A Volkswagen também vai comprar alguns carros novos com a Didi para permitir que a chinesa aumente sua frota. As duas planejam, eventualmente, colaborar para criar

e desenvolver veículos dedicados, disse ele, falando na condição de anonimato uma vez que os detalhes ainda são privados.

O executivo não deu detalhes financeiros do acordo, mas disse que a Volkswagen terá uma fatia da receita quando a parceria se desenvolver.

A crescente popularidade dos serviços de transporte por aplicativo em cidades congestionadas como Pequim e Xangai está mostrando sinais iniciais de diminuição de carros privados. Isso poderia ter sérias consequências para as montadoras existentes e está forçando empresas como a Volkswagen a reinventarem seus negócios e buscarem futuras fontes de receita.

"Para ser bem-sucedido como uma empresa de carros nesse novo ecossistema, nós precisamos saber quem é nosso consumidor, qual seu destino e qual deveria ser nossa estratégia", disse o executivo.

Ele acrescentou que esse acordo vai eventualmente dar à Volkswagen acesso a alguns dos volumosos dados de comportamento do consumidor coletados por meio de 3 milhões de viagens que a Didi realiza na China a cada dia.

O objetivo final é a redução e o uso de carros autônomos, disse o executivo da Volkswagen.

A parceria da Volkswagen com a Didi é o primeiro projeto conhecido que a Didi começou a buscar como parte de aliança ampla que a empresa chinesa formou recentemente com 31 montadoras e fornecedoras de peças.

A Didi disse que formou a aliança para colaborar, entre outras coisas, em eventualmente desenvolver carros especialmente para seus serviços.

Por exemplo, até 80 por cento dos clientes da Didi realizam viagens sozinhos e não precisam de um carro grande de quatro lugares, disse o executivo da Volkswagen.

Os veículos atuais têm motores e outras tecnologias que permitem que eles andem em velocidades mais rápidas, enquanto carros especialmente produzidos para o transporte permitiriam velocidades mais lentas e, portanto, não precisariam ser aerodinâmicos ou ter motores poderosos. Isso permitiria carros com menos assentos e mais espaço para bagagem.

Três funcionários da Didi disseram que o formato final para um mercado de transporte urbano por aplicativo ainda é incerto e ninguém sabe o papel que as montadoras e a própria Didi terão. Eles não quiseram ser identificados porque não têm autorização para falar com repórteres.

Questões abertas para a Didi agora são como consertar, manter e direcionar uma frota de veículos autônomos, disse uma das fontes.

"Nosso entendimento agora é que provavelmente as montadoras não sabem 100 por cento sobre como fazer tudo isso. A Didi também não sabe", disse o funcionário.

Um porta-voz da Didi disse que os dois lados ainda estavam trabalhando nos detalhes de como seria a parceria.

"Potencialmente, ambos irão voltar as atenções em construir juntos um negócio de operação de frota e avançar em outras áreas potenciais como criação de novos modelos de carros para transporte urbano", disse o porta-voz.